



Relatório de Assessoria de Imprensa
Período: 16/12/2020 a 17/12/2020



Índice**98FM Natal | RN**

SISTEMA FECOMÉRCIO RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ / SENAC RN

São Miguel do Gostoso e Pipa recebem novo reconhecimento internacional e irão concorrer em premiação na Alemanha

Notícias - 16/12/2020

6

Blog do FM | RN

SENAC BARREIRA ROXA

Senac Barreira Roxa realiza workshop Ceia Natalina Lowcarb

Notícias - 16/12/2020

7

Apartamento 702 | RN

SESC SERIDÓ

Bailarino potiguar une linguagens artísticas em lançamento nesta quinta-feira

Notícias - 16/12/2020

8

Portal Típico Local | RN

SESC SERIDÓ

Aldeia Sesc Seridó debate jornalismo cultural próxima segunda-feira (21)

Notícias - 16/12/2020

10

O Mossoroense | RN**COVID-19: MPRN recomenda suspensão de eventos e shows em Mossoró**

Notícias - 16/12/2020

11

Tribuna de Notícias | RN

SISTEMA FECOMÉRCIO RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ / SENAC RN

Sistema Fecomércio RN reúne trade turístico em encontro on-line para apresentar ações do projeto Verena em 2020

Notícias - 16/12/2020

12

Impacta Nordeste | RN**Comitê dos Negócios de Impacto do RN realiza última reunião de 2020 e apresenta avanços**

Notícias - 16/12/2020

13

Tribuna do Norte | RN**AL deve apreciar vetos, antes da votação do orçamento**

Notícias - 17/12/2020

14

Tribuna do Norte | RN**RN terá este ano pelo menos R\$ 15 milhões da Lei Kandir**

Notícias - 17/12/2020

15

Tribuna do Norte | RN**Auxílio será pago a 54% das famílias**

Notícias - 17/12/2020

16

O Globo | DF**Ibope: Aprovação de Bolsonaro cai cinco pontos**

Notícias - 17/12/2020

17



O Globo DF 'Adesão às vacinas' Noticias - 17/12/2020	18
O Globo DF Despesas garantidas Noticias - 17/12/2020	19
O Globo DF OCDE recomenda aumento para o Bolsa Família Noticias - 17/12/2020	20
Folha de São Paulo RS Auxílios evitaram que 23 milhões caíssem na pobreza nas metrópoles Noticias - 17/12/2020	21
Estadão DF EUA e Pfizer negociam doses a mais de vacina, com impacto em países pobres Noticias - 17/12/2020	22
Estadão DF Estados têm alívio de R\$ 217 bi com crédito novo e renegociação da dívida Noticias - 17/12/2020	23
Estadão DF Estudo aponta carga tributária desigual Noticias - 17/12/2020	24

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a notícia do jornal Tribuna do Norte, na página 14 do clipping, sobre a votação da Lei Orçamentária Anual do Estado. A Assembléia Legislativa do RN ainda não definiu quando deverá ocorrer a votação, mas considerou que antes será preciso apreciar os vetos da governadora Fátima Bezerra em trechos da LDO de 2021. Falando sobre o orçamento das famílias potiguares, a Tribuna ainda revela que o auxílio será pago a 444,7 mil das 822 mil famílias do RN, 54% do total. Esta matéria está na página 16 do clipping.

O RN terá este ano pelo menos R\$ 15 milhões da Lei Kandir, 24 anos após início do impasse, é o que notícia a Tribuna na página 15 do clipping. A Lei Kandir isentou da cobrança de ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados, como soja, milho, carnes e minérios, com o objetivo de estimular exportações e reduzir custos para o produtor. O texto previa que a União deveria, de forma provisória, compensar estados e municípios pela perda na arrecadação do tributo.

O jornal Folha de São Paulo revela, na página 21 do clipping, que o auxílio concedido pelo Governo Federal evitou que 23 milhões caíssem na pobreza durante a pandemia da covid-19. Em termos numéricos, isso significa que a ajuda pública preservou a renda de 28% dos brasileiros. Os dados integram o segundo boletim “Desigualdade nas Metrôpoles”, que considera a renda individual por média domiciliar. No entanto, o jornal O Globo traz também que a aprovação do presidente Bolsonaro caiu 5 pontos entre setembro e dezembro. O principal sintoma da queda é o recrudescimento da pandemia e a indefinição em torno das estratégias de vacinação contra o coronavírus. Esta matéria está na página 17 do clipping.

Quanto ao lançamento do Plano Nacional de Imunização, o jornal O Globo traz, na página 18 do clipping, afirmação do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, sobre a utilização de todas as vacinas que estiverem no país contra a Covid-19, “sem exceção”. Durante o lançamento do Plano, o presidente Jair Bolsonaro evitou novos atritos e fez um discurso de conciliação, dizendo que era um momento de “entendimento” e de “paz”. O texto ainda conta detalhes sobre o que prevê o PNI.

Em matéria do jornal Estadão, estudo divulgado pelo ex-secretário da Receita, Marcos Cintra, aponta que os setores de agropecuária e de serviços são os que mais teriam aumento de carga tributária se a Proposta de Emenda Constitucional 45, que tramita na Câmara, for aprovada. Por outro lado, a indústria de transformação, bancos, eletricidade, gás e esgoto, teriam queda da carga tributária. Esta matéria está na página 24 do clipping.



O projeto de socorro aos Estados vai proporcionar um alívio de R\$ 217 bilhões a governos endividados ou com dificuldades de caixa, é o que aponta o jornal Estadão, na página 23 do clipping. O cardápio de medidas inclui a concessão de novos empréstimos, renegociação de dívidas e suspensão de cobranças, em troca do compromisso dos governadores com iniciativas para reequilibrar as contas.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: 98 FM Natal – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/12/20 – **Cidade/UF:** RN

Título: São Miguel do Gostoso e Pipa recebem novo reconhecimento internacional e irão concorrer em premiação na Alemanha

Impacto: Positivo

Link: <https://98fmnatal.com.br/são-miguel-do-gostoso-e-pipa-recebem-novo-reconhecimento-internacional-e-irao-concorrer-em-premiacao-na-alemanha>

São Miguel do Gostoso e Pipa recebem novo reconhecimento internacional e irão concorrer em premiação na Alemanha

Reconhecimentos foram conquistados após implantação do Programa DEL Turismo, desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac

🕒 16 de dezembro de 2020

CIDADE

Após serem reconhecidos pela fundação internacional Green Destinations como um dos 100 destinos turísticos do mundo que executam práticas sustentáveis, os municípios de São Miguel do Gostoso e Tibau do Sul, onde fica a famosa Praia de Pipa, foram indicados para concorrerem no Green Destinations Stories Awards – premiação que destaca histórias inspiradoras de boas práticas de turismo renovado e reestruturado para apresentarem seus cases na ITB de Berlim 2021.

Considerada uma das principais feiras do setor, a ITB de Berlim é a principal plataforma de negócios para produtos turísticos globais, reunindo cerca de 10 mil expositores de 180 países e 160 mil visitantes. Essa é a primeira vez que municípios brasileiros são indicados para concorrer no evento. Os destinos vencedores serão divulgados em cerimônia de premiação durante a feira, que em 2021 acontecerá virtualmente, entre os dias 09 e 12 de março.

Indicado na categoria Meio Ambiente e Clima, se vencer a premiação, Tibau do Sul irá apresentar o case de boas práticas no Santuário Ecológico de Pipa. Já São Miguel do Gostoso, indicado na categoria Ilhas e Litoral, poderá apresentar o case sobre a execução do Curso do Senac de Turismo de Base Comunitária. Além dos dois representantes potiguares, o município de Rolante-RS também foi indicado na categoria Natureza e Ecoturismo.

Participantes do DEL Turismo – programa desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, em parceria com a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) e do Instituto Educacional da Economia Bávara da Alemanha (BBW), para elaborar e implementar um modelo de gestão focado no desenvolvimento sustentável do turismo local – os municípios apresentaram projetos locais, desenvolvidos sob consultoria das equipe técnica do Senac RN.

“Novamente, municípios que executam o DEL Turismo, são reconhecidos em premiações internacionais. A participação destes municípios em mais um evento mundial comprova eficiência do trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN, por meio do programa. Um trabalho feito em parceria e que tem projetado o nome do nosso estado como referência mundial para o turismo sustentável”, afirma Marcelo Queiroz, presidente do Sistema Fecomércio RN.

Veículo: Blog do FM – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 16/12/20 – **Cidade/UF:** RN
Título: Senac Barreira Roxa realiza workshop Ceia Natalina Lowcarb **Impacto:** Positivo
Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/senac-barreira-roxa-realiza-workshop-ceia-natalina-lowcarb>

gastuonline

Senac Barreira Roxa realiza workshop Ceia Natalina Lowcarb

16 de dezembro de 2020 às 16:15 • Comentar

O WORKSHOP
TERÁ TRÊS
HORAS DE
DURAÇÃO E
SERÁ
REALIZADO
EM UMA DAS
COZINHAS
PEDAGÓGICAS
DO SENAC
BARREIRA
ROXA. FOTO:
REPRODUÇÃO

O Senac Barreira Roxa realiza no próximo sábado (19), mais um workshop na área da gastronomia. Dessa vez, o tema será Ceia Natalina Lowcarb, conceito que consiste em preparação de receitas com diminuição de carboidratos.

Profissionais que buscam o aperfeiçoamento nessa área ou mesmo pessoas interessadas em aprender sobre o tema poderão vivenciar uma manhã de aprendizado teórico e prático, na aula que será ministrada pela instrutora chef Amanda Navarro.

O workshop terá três horas de duração e será realizado em uma das cozinhas pedagógicas do Senac Barreira Roxa, espaço reconhecido por oferecer aos seus alunos uma estrutura moderna e funcional, que estimula o aprendizado prático. As inscrições podem ser realizadas em qualquer unidade Senac no RN. Outras informações podem ser obtidas através do telefone 4005-1000.

SERVIÇO:

Workshop Ceia Natalina Lowcarb

Quando: 19 de dezembro, sábado, das 9h às 12h

Onde: Hotel Escola Senac Barreira Roxa – Via Costeira, Natal – RN

Investimento: 2 x R\$ 54,50 no cartão de crédito, totalizando R\$ 109,00

Veículo: Apartamento 702 – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 16/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** ½
Título: Bailarino potiguar une linguagens artísticas em lançamento nesta quinta-feira **Impacto:** Positivo
Link: <https://apartamento702.com.br/bailarino-potiguar-une-linguagens-artisticas-em-lancamento-nesta-quinta-feira>

Bailarino potiguar une linguagens artísticas em lançamento nesta quinta-feira

702

REDAÇÃO
8 horas ago 🔥 143

Unir linguagens artísticas com produções genuinamente norte-rio-grandenses, este é o principal intuito do projeto "Dançar álbuns inteiros" do bailarino potiguar Álvaro Dantas que estreia nesta quinta-feira (17) no Aldeia Sesc Seridó, às 11h no canal SESC-RN no Youtube e também no Instagram (@alvarodantas2)

"Dançar álbuns inteiros" é um projeto antigo do bailarino Álvaro Dantas com objetivo de integrar linguagens como o audiovisual, a música e a dança, além do diálogo com a arquitetura. Com o isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19, o bailarino resolveu expandir seus horizontes e dialogar com outras linguagens, e assim o projeto ganhou vida. A primeira edição foi executada no mês de abril e promoveu a audição do músico Luiz Gadelha junto com a intervenção e performance em dança contemporânea do artista em formato de live. Também foram realizadas performances com os álbuns de Aiyra e Alexandre.

"Durante o isolamento provocado pela pandemia do novo coronavírus questionei se estaria mesmo no caminho certo e me preocupei muito com meu futuro, saúde mental e estabilidade financeira, mas criei forças em meio ao caos, conversei com muitos artistas e vi que a sensação era quase unânime, assim, mesmo que virtual, fui criando uma rede afetiva de apoio e encarando como algo importante para continuar", declara Álvaro Dantas.

Veículo: Apartamento 702 – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 16/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2
Título: Bailarino potiguar une linguagens artísticas em lançamento nesta quinta-feira **Impacto:** Positivo
Link: <https://apartamento702.com.br/bailarino-potiguar-une-linguagens-artisticas-em-lancamento-nesta-quinta-feira>

Álvaro comenta ainda que encara esse projeto como um marco em sua trajetória como artista: “ Sempre estive envolvido com muitos projetos como colaborador, o Giradança por exemplo, mas dessa vez vejo que é um trabalho “solo”, apesar de feito por muitas mãos, tenho muito para aprender ainda e esse caminho não tem fim, estou aberto para o mundo e para outras afetações, ”declara .

Nesta nova etapa, Álvaro convida Simona Talma com seu álbum intitulado “Ficção” e realiza uma performance no formato de vídeo-dança, onde o bailarino se deixa conduzir pelo música de Simona, colocando seu corpo a serviço de tudo que o envolve, como a temperatura, cores, e estado emocional.

“O processo de criação se deu de maneira colaborativa e, dessa forma, cada integrante da equipe ia pensando em como a linguagem em que estava a desenvolver no trabalho poderia influenciar nas narrativas do corpo. Todos tinham a função de provocadores cênicos, e juntos pensamos a iluminação, o movimento de câmera, o figurino, a música e a performance”, declara Álvaro Dantas.

O bailarino planeja um trabalho solo para o próximo ano, além de continuar com suas parcerias. Este projeto foi contemplado no edital Sesc Poti Cultural 2020.

FICHA TÉCNICA

Criação: Álvaro Dantas

Álbum: Ficção de Simona Talma

Provocações cênicas: Rozeane Oliveira, Thiago Medeiros, Pablo Vieira e Daniel Torres, Marina Rabelo

Consultoria de Figurino: Thiago Felipe (Algobão) e Rozeane Oliveira

Iluminação: Cléo Moraes

Foto: Brunno Martins

Vídeo: Sihan Félix, Paula Pardilhos e Brunno Martins.

Assessoria de Imprensa: Comunica CECI

Alimentação: Adriana Dantas

Apoio: Giradança, Maruim Filmes, Espaço A3, CIDA, Sociedade T, Algobão, Centro de treinamento CTZ, Cloaldo Mendonça Odontologia.

Veículo: Portal Típico Local – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Aldeia Sesc Seridó debate jornalismo cultural próxima segunda-feira (21) **Impacto:** Positivo
Link: <https://tipicolocal.com.br/noticia/aldeia-sesc-serido-debate-jornalismo-cultural-nesta-quarta>

Agenda Cultural

Aldeia Sesc Seridó debate jornalismo cultural próxima segunda-feira (21)

Aldeia Sesc Seridó 2020 vai abordar o tema “Jornalismo Cultural – Legados do impresso ao virtual”, ao vivo, a partir das 12h

16 de dezembro de 2020



A 12ª edição do Aldeia Sesc Seridó 2020 transferiu para segunda-feira, dia 21, a live sobre “Jornalismo Cultural – Legados do impresso ao virtual”, ao vivo, a partir das 12h no canal do projeto no youtube. O bate-papo acontecia na quarta-feira, mas um problema técnico no áudio do canal que impossibilitou a transmissão.

A criadora deste portal Típico Local, Cinthia Lopes, e o jornalista Sergio Vilar, titular do blog Papo Cultura, são os convidados do encontro com mediação do coordenador do Sesc RN, Daniel Rezende.

Em pauta, os esforços, as memórias, os afetos e o contexto do jornalismo cultural aqui e alhures, em suas mudanças, necessidades e espaços conquistados e por conquistar.

A Aldeia Sesc Seridó 2020 (em sua 12ª edição, desta vez pela primeira vez em formato de edição virtual-real) pretende fomentar a disseminação do apreço pela cultura em suas mais diversas acepções.

Desta forma, cumprindo missão e visão de permear ações e atividades educativas e culturais à clientela, e ainda na esteira do período pandêmico global-local, o Sesc abre alas com a Aldeia Sesc Seridó 2020 (de 01 a 20 de dezembro).

Na pauta, os princípios do fomento socioeducativo, firmando atuação estratégica para o período com programação plural e diversa, assim como o é o Sertão Seridoense.

“Durante 11 edições, a Aldeia Sesc Seridó movimentou formas de leitura dentro do contexto cultural da região. A memória afetiva das edições anteriores, estão nas lembranças das pessoas que participaram como espectadores, autores e multiplicadores das atividades realizadas”, comentou o coordenador do projeto, Daniel Rezende.

Daniel recomenda ainda, em tempos de pandemia, com a necessidade de novas modalidades de apresentação, revisitar essas edições anteriores como forma de elo entre a continuidade da Aldeia Sesc na região e a transformação das pessoas que vivenciaram esse acontecimento.

“Pensar a cultura da região do Seridó, depois da Aldeia Sesc é enxergar uma mudança na forma de fazer cultura no Seridó”, conclui.

Veículo: Jornal O Mossoroense – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/12/20 – **Cidade/UF:** Mossoró / RN
Título: COVID-19: MPRN recomenda suspensão de eventos e shows em Mossoró **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.omossoroense.com.br/covid-19-mprn-recomenda-suspensao-de-eventos-e-shows-em-mossoro>

COTIDIANO

COVID-19: MPRN recomenda suspensão de eventos e shows em Mossoró

Decisão considera o avanço da pandemia

On 16 de dezembro de 2020



Nesta terça-feira (15), o Ministério Público do Rio Grande do Norte, emitiu uma recomendação para que a Secretaria Municipal de Saúde de Mossoró suspenda a realização de qualquer evento. A orientação é resultante do aumento de casos de COVID-19, visto que o RN registra 104.855 casos positivos e 2.821 óbitos.

Segundo o documento, a Prefeitura Municipal deve cancelar imediatamente as autorizações para realização de eventos públicos e particulares que possam causar aglomeração de pessoas. A recomendação inclui eventos corporativos, científicos, técnicos, convenções, shows ou qualquer outro evento de massa, público ou privado, promovido ou patrocinado por ente público ou privado, incluindo queima de fogos na virada do ano.

A recomendação foi assinada pelo promotor Rodrigo Pessoa de Moraes, considerando a taxa de ocupação dos leitos críticos e clínicos, diminuição do índice de distanciamento e a nova tendência de casos no estado. A Prefeitura deve intensificar o cumprimento das medidas de segurança sanitária e também a fiscalização quanto a não realização de eventos no município.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/12/20

Título: Sistema Fecomércio RN reúne trade turístico em encontro on-line para apresentar ações do projeto Verena em 2020

Impacto: Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2020/12/sistema-fecomercio-rn-reune-trade.html>

SISTEMA FECOMÉRCIO RN REÚNE TRADE TURÍSTICO EM ENCONTRO ON-LINE PARA APRESENTAR AÇÕES DO PROJETO VERENA EM 2020

16 dezembro



Foi realizada na tarde desta terça-feira (15), a reunião anual para apresentação das ações executadas dentro do Projeto Verena - parceria internacional de cooperação entre o Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac e o governo da Renânia-Palatinado, com execução através da Câmara de Comércio de Trier (EIC Trier), na Alemanha.

O encontro foi realizado no formato on-line, reunindo o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz; coordenador de projetos da Câmara de Comércio e Indústria de Trier (EIC Trier), Mathias Fuchs; Consutor de longo Prazo da Câmara do Comércio e Indústria de Trier, Andreas Dohle; cônsul honorário da Alemanha no RN, Axel Ceppert; além de representantes do Governo do Estado; Prefeitura de Natal; Prefeitura de São Miguel do Gostoso, Prefeitura de Tibau do Sul; Prefeitura de Parnamirim; Prefeitura de Serra de São Bento e classe empresarial do setor turístico.

Durante a reunião, o coordenador regional do Projeto Verena, Marcelo Milto, apresentou a evolução do Projeto, desde o início das negociações para implantação do acordo de cooperação firmado em 2016.

Com o objetivo de promover o crescimento econômico no setor de turismo e hospitalidade no estado do Rio Grande do Norte, o Projeto Verena é executado com base em cinco pilares: Certificação por competência, baseado no Sistema Dual de Ensino; Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de cursos nas áreas de turismo e hospitalidade; Consolidação do Hotel-Escola Senac Barreira Roxa como centro educacional e hotel de excelência e sustentável; Consolidação de plataformas de diálogo voltados ao desenvolvimento do turismo nos âmbitos estadual e local; e Implementação do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL Turismo.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz destacou os resultados já alcançados pelo Projeto, em especial nos municípios atendidos pelo DEL Turismo.

“Apesar do ano atípico que vivemos, nós conseguimos dar andamento com todo o planejamento do Projeto Verena e hoje estamos aqui comemorando resultados, entre eles, a projeção internacional que o DEL Turismo trouxe aos municípios parceiros, como São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul e Parnamirim, escolhidos entre os 100 destinos mais sustentáveis no mundo pela fundação holandesa Green Destinations. Esse é apenas um dos muitos benefícios que essa parceria trouxe ao nosso estado e isso só tem sido possível através do trabalho dedicado por todas as entidades envolvidas no projeto”, afirmou Queiroz.

Diante dos imprevistos causados pela pandemia Covid-19 em 2020, o coordenador de projetos da Câmara de Comércio e Indústria de Trier (EIC Trier), Mathias Fuchs, anunciou que irá solicitar a prorrogação por mais seis meses Verena e exaltou a parceria com o estado norte-rio-grandense, por meio da Fecomércio RN.

“Foi um ano difícil, mas ainda assim, estou orgulhoso de tudo que alcançamos apesar das dificuldades. Além disso estou muito grato por todos os resultados que conseguimos nesses últimos cinco anos. Estou muito grato a todos vocês pois sei que sem vocês não teríamos atingido tantos resultados. Oficialmente o projeto se encerra em outubro do próximo ano, mas irei solicitar a prorrogação por mais seis meses, tendo em vista tantos resultados favoráveis. Mas temos certeza de que nossa parceria não se encerra aqui e já estamos trabalhando em novos projetos para 2022”, disse Fuchs.

Veículo: Impacta Nordeste – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/12/20 – **Cidade/UF:** RN

Título: Comitê dos Negócios de Impacto do RN realiza última reunião de 2020 e apresenta avanços **Impacto:** Positivo

Link: <https://impactanordeste.com.br/omite-dos-negocios-de-impacto-do-rn-realiza-ultima-reuniao-de-2020-e-apresenta-avancos>

Comitê dos Negócios de Impacto do RN realiza última reunião de 2020 e apresenta avanços

Por Impacta Nordeste • 16 de dezembro de 2020 • 2 mins de leitura

3

0



No último dia 11 de dezembro, o Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS), do Estado do Rio Grande do Norte, realizou sua última reunião do ano. Realizada por videoconferência, a reunião consolidou a evolução dos trabalhos do comitê ao longo do ano. Também foram apresentadas propostas prioritárias de políticas públicas para o setor em 2021. Participaram do encontro as diversas organizações que compõem o comitê, além de convidados da sociedade civil.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico, Jaime Calado, presidente do comitê, abriu a reunião ressaltando a importância da evolução dos trabalhos, especialmente no contexto da pandemia. Guido Salvi, Coordenador da Assessoria Técnica da SEDEC, fez um resumo da evolução dos trabalhos do comitê e apresentou a plataforma que está sendo criada para cadastrar os negócios de impacto no estado visando futuras oportunidades junto ao poder público.



Jaime Calado (ao centro), Secretário de Desenvolvimento Econômico do RN e Presidente do CENIS, realiza a abertura da reunião. (Foto: CENIS)

Também foram apresentadas as Propostas Prioritárias para Políticas Públicas de Fomento aos Negócios de Impacto no RN, as quais foram realizadas com a contribuição das organizações envolvidas no processo e da sociedade. As propostas foram apresentadas em 3 eixos: Econômico, Político-Institucional e Estratégico. Confira abaixo algumas das propostas apresentadas.

Econômico

- Bancos: Criar linhas de microcrédito orientado, com condições específicas (a serem definidas), para negócios de impacto a partir de negócios existentes.
- Fundos: Estudar a possibilidade em criar fundos de investimentos para NIS.

Político-Institucional

- Publicação do decreto enquadramento dos empreendimentos em negócios de impacto;
- Criar um plano estadual de fomento aos negócios de impacto;
- AGN – Catalizadora de capital no âmbito do Governo do RN;
- Fomentar a conexão de gestores públicos e negócios de impacto para criar oportunidades e conectar possíveis soluções com demandas do setor público.
- Criar políticas de empreendedorismo, especialmente para a população negra, quilombolas, mulheres e jovens.

Estratégico

- Permanente articulação com a Enímpacto;
- Criar um hub de inovação com o objetivo de criar e/ou trazer soluções de NIS e da Sociedade para desafios do Governo do Estado do Rio Grande do Norte visando oferecer melhores serviços ao cidadão;
- Frente parlamentar na Assembleia Legislativa para debater os NIS.

O Comitê da Estratégia Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social é formado pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Tributação (SET), Planejamento (SEPLAN), Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS); Agência de Fomento do Estado (AGN), Junta Comercial do Estado (JUCERN), UERN, UFRN, IFRN, UFRSA, UNP, UNI-RN, Unifaces, Banco do Brasil, Banco do Nordeste (BNB), FIERN, Fecomércio, Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojista (FCDL), FAERN, FACERN, SEBRAE, OCERN, ECOSOL, CEPAS, EGOSTOSO e IMPACTA NORDESTE. O comitê conta também com convidados da sociedade civil.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: AL deve apreciar vetos, antes da votação do orçamento **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/alrn-deve-apreciar-vetos-antes-da-votaa-a-o-do-ora-amento/498218>

política

Natal - Rio Grande do Norte
Quinta-feira, 17 de dezembro de 2020 3

AL deve apreciar vetos, antes da votação do orçamento

« LEGISLATIVO » Presidente da Comissão de Finanças afirma que a definição do cronograma para projeto da LOA só vai ser possível após a apreciação dos vetos

PAULO ROBERTO NETTO
Agência Estado

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) ainda não definiu quando deverá votar a Lei Orçamentária Anual do Estado (LOA 2021). Antes, será preciso apreciar os vetos da governadora Fátima Bezerra em trechos da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO 2021), sancionada no último dia 10. Os vetos estão previstos para entrar em pauta na próxima terça-feira (22), retardando o calendário, cuja previsão seria de levar a LOA a Plenário nesta quinta-feira (17), mesma data em que a Câmara Municipal de Natal vai iniciar a votação definitiva do orçamento da capital.

Os deputados trabalham com a perspectiva de aprovar o orçamento do Estado até o dia 22, mas o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da ALRN, Tomba Farias (PSDB), expressou preocupação com o assunto. "A Comissão de Finanças se reuniu nesta quarta-feira, mas não tratamos sobre a LOA porque, enquanto não apreciarmos os vetos à LDO, a pauta fica travada para votar a LOA. Acho difícil concluir tudo nas próximas sessões porque ainda teremos que votar, nos comitês, para poder liberar e só então pautar o orçamento", disse o deputado. A Comissão de Finanças só voltará a ter reunião ordinária na próxima quarta-feira (23).

Há a possibilidade de serem convocadas sessões extraordinárias, inclusive estendendo-as até janeiro, quando a Assembleia já deveria estar em recesso parlamentar. Essa definição caberá à Mesa Diretora da Casa. Ainda serão apreciadas as emendas que os deputados estão apresentando e estas também dependem da sanção da LDO, que traz as orientações gerais e específicas para elaboração e execução



Deputado Tomba Farias explica que é provável que a votação se estenda até janeiro

do orçamento, além de outras especificações para aplicação dos recursos em 2021.

Para a LOA, cada deputado poderá destinar emendas no valor de R\$ 2,5 milhões, no grupo das chamadas emendas impositivas que abrangem apenas aquelas de caráter individual, tendo os deputados que entram em consenso ao encartarem emendas coletivas, fato que necessita de debate.

O projeto encaminhado pelo Governo prevê um déficit de R\$ 920 milhões nas contas do Estado, mas com perspectivas de que o cenário do próximo ano seja mais promissor, decorrente, segundo o Governo, das medidas que adotou precocemente e que permitiram a recuperação antecipada do setor econômico frente ao contexto nacional. O documento que estima a receita e fixa a despesa do Estado também versa sobre investimentos concluídos ou encaminhados nas áreas de saúde pública, educação, segurança pública, turismo, agricultura fami-

liar, infraestrutura hídrica, fiscalização e controle tributário para equilíbrio das contas públicas, entre outros.

Câmara Municipal

Na Câmara Municipal de Natal os vereadores devem iniciar a votação das 900 emendas apresentadas à LOA 2021 nesta quinta-feira (17). A votação começará pelas emendas consensuais que devem ser votadas em bloco, acelerando o processo.

As emendas não-consensuais vão requerer debate maior, mesmo assim, a vereadora Nina Souza (PDT), presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara, disse que acredita que a votação será ágil, apesar do número elevado de emendas. "Acreditamos que não demandará muito tempo e esperamos que antes do Natal a gente consiga concretizar. A LOA já chega agora pronta para votação em segunda discussão. Vamos votar as emendas consensuais. Boa parte não é consensual, mas acredito que até quin-

ta-feira (22), a gente conclua", prevê a parlamentar.

O Projeto de Lei nº 333/2020, a Lei Orçamentária Anual (LOA 2021), de autoria do Executivo Municipal prevê um montante de R\$ 3.158.585.600 em receitas e despesas para o exercício de 2021 da capital e representa uma redução de R\$ 15,6 milhões em relação ao previsto para 2020. São apresentados como justificativa os efeitos da crise financeira dos últimos anos e, especialmente, a crise sanitária e econômica provocada pelo novo coronavírus (Covid-19).

Dessa forma, está previsto de gastos nas secretarias de Saúde (R\$ 18 milhões), Assistência Social (R\$ 3,3 mil), Administração (R\$ 2,1 mil), Cultura (R\$ 400 mil), Urbanismo (R\$ 32,8) e Desporto e Lazer (R\$ 1 mil). Já as pastas da Educação (+ R\$ 5 mil), Segurança (+ R\$ 5,6 mil), Previdência Social (+ R\$ 34,7 mil), Gestão Ambiental (+ R\$ 590 mil) e Habitação (+ R\$ 399 mil) devem aumentar seus gastos em 2021.

Novos dirigentes do Tribunal de Contas do Estado tomam posse

« FISCALIZAÇÃO » Ao assumir a presidência do TCE, Paulo Roberto destaca a ação preventiva da instituição e que é preciso estar vigilante em relação aos gastos do erário

A nova composição do Tribunal de Contas do Estado, eleita para o biênio 2021-2022, tomou posse ontem, durante sessão extraordinária em formato telepresencial. A Assembleia contou com a presença de apenas três conselheiros no plenário - Poti Júnior (atual presidente), Paulo Roberto Charles Alves (presidente eleito) e Renato Dias (vice-presidente eleito) - e seguiu os ritos previstos para a ocasião como exibição do Hino Nacional, transmissão e assunção do cargo e os tradicionais discursos de posse. A cerimônia foi realizada dentro dos protocolos de prevenção à Covid-19.

No discurso de posse, o conselheiro Paulo Roberto lembrou que, ao longo dos mais de vinte anos atuando no TCE, viu muitas mudanças acontecerem. "O tempo e as pessoas fizeram do TCE uma instituição sólida e respeitável no Rio Grande do Norte", destacou, prestando uma homenagem ao conselheiro Altimar Torquato de Almeida, do qual foi vice-presidente. "A experiência de gestores anteriores serve de guia



Paulo Roberto Alves tomou posse como presidente do TCE

para novos desafios", disse, acrescentando que nas gestões anteriores em que presidiu a Corte de Contas, deixou marcas importantes, como a implantação do Planejamento Estratégico, a Ouvidoria, a política de recursos humanos, a primeira auditoria operacional, entre outras ações.

Agora, enfatizou, a ação preventiva é o que norteia o trabalho do TCE. "É preciso estar vigilante em relação aos gastos do

erário. Uma ação rápida para impedir o desperdício do recurso público", disse, destacando a importância da fiscalização concomitante, dando como exemplo o que aconteceu no contexto da pandemia do coronavírus, em que o Tribunal monitorou uma estrutura tecnológica que possibilitou a atuação do controle externo de forma que o trabalho de fiscalização não fosse prejudicado.

"Nosso grande desafio é continuar crescendo sem, contudo, desequilibrar as finanças", relatou, lembrando que o TCE representa a penas 0,7% do orçamento anual do Estado e 0,82% do limite de despesa com pessoal, os menores percentuais se comparados com os tribunais de contas de todo o país.

Acerimônia, no formato telepresencial, contou com o registro de mensagens de congratulações e saudações de autoridades como a procuradora Fátima Bezerra, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira de Souza, o procurador-geral do Ministério Público, Eudo Leite e o defensor público-geral, Marcos Vinícius Soares Alves. Na saudação do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Thiago Guterres, a torcida por melhores dias, diante da crise fiscal do estado e da conciliação da pandemia: "Ao longo destes meses o TCE enfrentou muitos desafios, mas esta Casa foi dinâmica e soube responder", ressaltou.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: RN terá este ano pelo menos R\$ 15 milhões da Lei Kandir **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-tera-ainda-este-ano-pelo-menos-r-15-milha-es-da-lei-kandir-para-estado-e-municipios/498194>

economia

TRIBUNA DO NORTE

TELEFONES ÚTEIS
Natal: 3227-2000
Págua (Especial): 3227-6885
Págua Municipal: 3227-9595
DNF RN: 3227-3000

EUA E REINO UNIDO FECHAM ACORDO PARA COMÉRCIO NO PÓS-BREXIT. PÁGINA 8

SALÁRIO-MÍNIMO
R\$ 1.040,00
TARIFA SELIC
2,00%

NA TV ONLINE
Assimilante e atualização em tempo real das notícias de economia do Brasil e no mundo.
tribunadonorte.com.br

RN terá este ano pelo menos R\$ 15 milhões da Lei Kandir

« COMPENSAÇÃO » União deve destinar, este ano, entre R\$ 11 milhões e 13 milhões para o Estado, e cerca de R\$ 3,6 milhões para os 167 municípios

MARGARETH GRILLO
Editora Executiva

O Estado do Rio Grande do Norte e municípios do RN devem receber juntos, ainda este ano, pelo menos R\$ 15 milhões referentes a compensações da Lei Kandir, 24 anos após início do impasse. Desse total, caberá ao Governo do Estado, entre R\$ 11 milhões e 13 milhões, segundo estimativa do secretário de Estado do Planejamento e das Finanças, o economista Aldemir Freire. Já os 167 municípios deverão receber juntos, na parcela deste ano, R\$ 3.645.494.933 milhões. Natal (737,8 mil), Guamará (399,8 mil) e Mossoró (309,3 mil) receberão o maior volume de repasses neste primeiro ano. No País, a previsão é de que sejam transferidos em 2020 R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão será partilhado entre as prefeituras.

Os dados da parcela deste ano foram disponibilizados em informe da Confederação Nacional de Municípios (CNM), para que os gestores possam conferir os valores estimados da compensação neste ano. O valor global é de R\$ 58 bilhões previstos para repasses entre 2020 e 2027, sendo R\$ 4 bilhões, a cada ano, até 2030. De 2031 a 2037, os valores vão diminuindo R\$ 500 milhões ao ano (R\$ 3,5 bilhões em 2031; R\$ 3 bilhões em 2032; e assim por diante). O dinheiro vai compensar perdas de arrecadação decorrentes da isenção da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos destinados à exportação, instituída pela Lei Kandir, de 1996.

"A participação do RN é pequena, considerando que o peso das exportações é relativamente pequeno no cenário das exportações nacionais", afirmou o titular da Seplan, Aldemir Freire. Segundo ele, o governo ainda não tem detalhes sobre a liberação desses recursos. O projeto de Lei Complementar (PLP) 133/2020, que autoriza a transferência de R\$ 58 bilhões até 2037, ou seja, ao longo de 17 anos, da União a Estados e municípios brasileiros foi aprovado pela Câmara dos Deputados na última segunda-feira (14), por 498 votos a 9, e aguarda sanção presidencial. A partir daí, o governo federal deve divulgar a data de liberação da primeira parcela, referente a 2020.

Além dos R\$ 58 bilhões, estados e municípios terão direito a dois repasses extras: um, de R\$ 3,6 bilhões, condicionado à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, que está no Senado. O outro, de R\$ 4 bilhões, depende do leilão de petróleo dos blocos de Atapu e Sépia, na Bacia de Santos (SP).

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, destaca a importância da conquista para os Municípios: "Essa é uma vitória histórica do nosso movimento. É



Estimativa é de que a Prefeitura de Natal receba, no repasse deste ano, cerca de R\$ 737,8 mil

Principais valores no RN

Dados para os Municípios, constantes em informe da CNM

Estimativa para a Grande Natal

- NATAL – R\$ 737.847,64
- PARANAHIM – R\$ 168.780,61
- S. G. DO AMARANTE – R\$ 100.092,82
- MACAÍBA – R\$ 95.446,89
- CEARÁ-MIRIM – R\$ 30.765,53
- EXTREMOZ – R\$ 12.618,62
- NÍSSA FLORESTA – R\$ 10.864,39
- S. JOSÉ DE MIPUBU – R\$ 25.380,52
- VERA CRUZ – R\$ 5.266,20

Municípios que receberão entre R\$ 20 mil e R\$ 399 mil

- GUAMARÁ – 399.829,64
- MOSSORÓ – R\$ 309.336,79
- AREIA BRANCA – R\$ 66.556,75
- MACAÍBA – R\$ 61.846,67
- JOÃO CAMARGO – R\$ 41.254,08
- ASSIÚ – R\$ 47.981,02
- PARAZINHO – R\$ 40.329,97
- CAICÓ – R\$ 40.700,38
- PENEDONAS – R\$ 30.580,33
- APODI – R\$ 27.844,74

- TROUPIS – R\$ 27.309,48
- LAGOA NOVA – R\$ 27.222,02
- S. M. DO GOITACÓ – R\$ 26.775,90
- SERA DO JEI – R\$ 26.400,20
- CURRÁS NOVAS – R\$ 25.073,97
- PEDRA GRANDE – R\$ 22.731,69
- S. BENTO DO NORTE – R\$ 22.151,60
- G. DOL-SEPT ROSADO – R\$ 20.987,94
- ALTO DO RODRIGUES – R\$ 20.191,79

Total dos 167 municípios:

- R\$ 3.645.494,93
- Governo do Estado: de R\$ 11 milhões a R\$ 13 milhões



compensações aos estados e ao Distrito Federal. O relator do projeto, deputado Lucas Redekker (PSDB/RN), considera que a proposta foi aprovada "em bom momento", diante das dificuldades financeiras de estados e municípios provocadas pela pandemia de covid-19.

Crerios de rateio
Os R\$ 58 bilhões a serem pagos até 2037 deverão ser rateados entre os estados segundo dois critérios. Metade dos recursos serão divididos conforme coeficientes definidos no projeto. Por esse critério, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, juntos, ficam com cerca de 60% dessa metade. Para os demais 50%, valerão os coeficientes divulgados periodicamente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne as secretarias de Fazenda de todos os estados e do DF. Entretanto, os estados ficam com 75% do valor recebido de todo o repasse porque a Constituição determina a destinação do restante (25%) aos municípios. A União entregará o dinheiro diretamente às prefeituras segundo suas cotas-parce do ICMS dentro de cada estado.

Leilões de petróleo

Esses critérios valem ainda para o repasse dos R\$ 4 bilhões vindos da arrecadação com a venda dos direitos de exploração do pré-sal. No leilão do ano passado, não apareceram interessados pelos campos de Atapu e Sépia, pelos quais o governo pedira R\$ 36,6 bilhões. Se os leilões ocorrerem em anos distintos, o repasse será de R\$ 2 bilhões em cada exercício em parcela única.

No caso desses R\$ 4 bilhões, os estados somente poderão aplicar o dinheiro em despesas previdenciárias suas e das estatais dependentes, em fundos previdenciários de servidores públicos, para pagar contribuições sociais devidas ao INSS ou para investimento. Já os municípios poderão escolher entre gastar os recursos, alternativamente, com investimento ou com essas contribuições sociais.



O QUE É A LEI KANDIR

Batizada de Lei Kandir, essa legislação isentou da cobrança de ICMS a exportação de produtos primários e semelabrados - como soja, milho, carnes e minérios - com o objetivo de estimular exportações e reduzir custos para o produtor. O texto previa que a União deveria, de forma provisória, compensar estados e municípios pela perda na arrecadação do tributo. Defensores do projeto dizem que a contrapartida nunca foi devidamente equacionada, o que resultou na judicialização do tema.

uma justiça que começa a ser feita e será fundamental em um momento difícil como o que enfrentamos agora", celebra.

Os valores a serem repassados estão previstos em acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF) entre a União e o Fórum Nacional de Governadores, homologado em maio deste ano. Em contrapartida, os estados destinarão de todas as ações na Justiça sobre o tema dentro de dez dias da publicação da futura lei; e a obrigação da União de entregar recursos compensatórios acabará. Pela extinção das causas, não serão devidos honorários advocatícios.

O texto também libera a União de apresentar estimativas de impacto orçamentário, aumento de receita ou diminuição de despesas para compensar esses repasses, que não serão considerados despesa obrigatória de caráter continuado.

A polêmica existe desde 1996, quando a Lei Kandir exonerou as exportações de todos os tributos, inclusive estaduais, e reteve a uma outra lei complementar como seria feitas as

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Auxílio será pago a 54% das famílias **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-ultima-parcela-do-auxilio-emergencial-sera-pago-a-54-das-familias-no-rn/498206>

NO FACEBOOK
Curta e compartilhe
a charge de Brum.
facebook.com/tribunarn

TEMPO HOJE
Max.: 31°C Min.: 24°C
Sol e aumento de nuvens de
manhã. Pancadas de chuva à
tarde e à noite.

TÁBUA DE MARÉS
Pleamar
06h30 – 2,2 – 18h30 – 2,3
Baixa-mar
12h06 – 0,4

MORRE ELIZABETH NASSER, UM DOS NOMES
MAIS IMPORTANTES NA DEFESA DOS DIREITOS
DAS MULHERES NO ESTADO – PÁGINA 10

NA TV ONLINE
Curta e compartilhe notícias
da TRIBUNA DO NORTE
tribunadonorte.com.br

TRIBUNA DO NORTE

natal

Editor: Ricardo Araújo [ricardoaraujo@tribunadonorte.com.br] Natal • Rio Grande do Norte • Quinta-feira, 17 de dezembro de 2020

Auxílio será pago a 54% das famílias

« RECURSOS » Valores pagos ao longo deste mês, que variam de R\$ 300 a R\$ 600, compõem última parcela do auxílio emergencial e deverão compensar ausência do 13º do Bolsa Família

LUÍZ HENRIQUE GOMES
Repórter

Mais da metade das famílias do Rio Grande do Norte deverão receber, ao longo deste mês de dezembro o auxílio emergencial pago pelo governo federal, cujos valores variam de R\$ 300 a R\$ 600. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 444,7 mil dos 822 mil domicílios potiguares (54,1%) receberam, em outubro, o auxílio criado para diminuir os impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus. O percentual deverá se repetir até o fim de 2020. O recurso deve compensar a ausência do 13º do Bolsa Família este ano, que fez circular R\$ 66,5 milhões a mais na economia potiguar em dezembro de 2019.

Ainda em outubro, com os valores antigos do auxílio emergencial (R\$ 600 e R\$ 1,2 mil), os domicílios possuíam uma média do rendimento proveniente do auxílio em R\$ 597. O valor é superior ao rendimento das famílias contempladas pelo benefício extra do Bolsa Família no ano passado, que chegou, em média, a R\$ 380.

Essas famílias foram beneficiadas automaticamente quando o auxílio emergencial foi criado em abril. Atualmente, segundo estatísticas do Ministério das Cidades, 363,563 famílias potiguares estão inscritas no Bolsa Família – e, por conseguinte, no auxílio emergencial. “Os maiores efeitos do aumento da renda [causada pelo auxílio emergencial] certamente ocorreram para famílias que recebiam o Bolsa Família”, disse a pesquisadora e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Sandra Gomes.

A criação do auxílio, com o início da pandemia do novo coronavírus, ajudou o rendimento das famílias a crescer 3% em relação a 2019. O crescimento



Governo federal não confirmou o pagamento do abono natalino às famílias inscritas no Programa Bolsa Família até o final do mês

é proveniente principalmente das primeiras parcelas, de R\$ 600, e do benefício automático para quem já era beneficiário do Bolsa Família. Sem o programa, economistas estimam que a massa de rendimentos cairia 6,1% no Brasil, devido ao aumento do desemprego e ao impacto sobre o trabalho informal.

Entretanto, o cenário tende a se tornar crítico no ano que vem, com o fim do benefício. O governo federal não sinaliza que fará uma renovação, e as famílias que não voltarem ao Bolsa Família poderão ficar sem renda com o aumento do desemprego e recessão da economia, com o aumento da inflação, causadas pela pandemia. “Cortar essa corda de salvamento prematuramente é um perigo para a pobreza e a desigualdade e também para o sucesso na recuperação mais rápida e robusta”, afirmou nesta terça-feira (15), Kristalina Georgieva, diretora do FMI (Fundo Monetário Internacional), em entrevista aos jornais Folha de São Paulo, El País (Es-

panha) e Excelsior (México). Mesmo para as famílias que voltarem para o Bolsa Família, a situação econômica deve ser mais difícil devido ao aumento da inflação. Este ano, a inflação acumulada sobre os alimentos alcançou em 12,7% em outubro, segundo o IBGE, e elevou a insegurança alimentar no Brasil. Os amplamente atingidos são os mais pobres, que esgotam grande parte da renda com alimentação. “Como a distribuição de renda é ruim, é na alimentação que as famílias pobres sentem a inflação”, afirmou o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz.

Para a gestora de políticas públicas, Sandra Gomes, a mitigação dos impactos econômicos passa justamente pela consolidação de um programa de renda mais amplo que o Bolsa Família. “O auxílio é uma grande oportunidade social para estabelecer uma política pública que dê segurança a essas pessoas”, disse.

panha) e Excelsior (México).

Mesmo para as famílias que voltarem para o Bolsa Família, a situação econômica deve ser mais difícil devido ao aumento da inflação. Este ano, a inflação acumulada sobre os alimentos alcançou em 12,7% em outubro, segundo o IBGE, e elevou a insegurança alimentar no Brasil. Os amplamente atingidos são os mais pobres, que esgotam grande parte da renda com alimentação. “Como a distribuição de renda é ruim, é na alimentação que as famílias pobres sentem a inflação”, afirmou o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz.

Para a gestora de políticas públicas, Sandra Gomes, a mitigação dos impactos econômicos passa justamente pela consolidação de um programa de renda mais amplo que o Bolsa Família. “O auxílio é uma grande oportunidade social para estabelecer uma política pública que dê segurança a essas pessoas”, disse.

OCDE defende Bolsa Família

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomendou ao governo federal a ampliação do número de beneficiários e aumento do valor das parcelas do programa Bolsa Família a partir do ano que vem. A recomendação está em um relatório sobre a situação econômica do Brasil, divulgado nesta quarta-feira (16) pelo órgão internacional conhecido como “clube dos países ricos”.

A sugestão da OCDE é que essa ampliação seja feita a partir da economia gerada com o fim de reajustes acima da inflação para benefícios previdenciários, plano anunciado pelo governo em dezembro. Segundo a entidade, sem reajuste automático do valor dos benefícios, as transferências do programa tiveram uma queda de 22% em termos reais (considerando a inflação) em 15 anos. “Aumentar os benefícios e os limites de elegibilidade tem grande potencial para reduzir ainda mais a pobreza”.

A ampliação e aumento do valor do programa é discutido pelo governo federal, que já chegou a cogitar a criação de um novo programa, o Renda Brasil, mas voltou atrás. O presidente Jair Bolsonaro também descartou a renovação do auxílio emergencial, que evitou um número de pessoas vivendo em extrema-pobreza sete vezes maior no Rio Grande do Norte durante esta pandemia, de acordo com um estudo dos demógrafos Ricardo Ojima e Jornada Cristina de Jesus, publicados em junho. Segundo o presidente, a ideia é “aumentar um pouquinho” o Bolsa Família.

A OCDE ainda defende ajustes no programa assistencial para que um trabalhador demitido volte a receber o benefício logo. Hoje, a espera pode levar meses. Além disso, diz que as parcelas do Bolsa Família deveriam ter redução gradual de valor para aqueles que encontram emprego, não um corte abrupto. O documento foi entregue ao governo ontem.

« ENEM 2020 »

#TNnoENEM
lança o 9º
fascículo
nesta quinta

Até a véspera do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema Tribuna do Norte de Comunicação publicará uma série de fascículos preparatórios para todos os candidatos que pretendem ingressar na graduação no Brasil e em algumas Universidades de Portugal. É o #TNnoENEM, que nesta quinta-feira (17) publica mais um caderno no [hotsite enem.tribunadonorte.com.br](http://www.tribunadonorte.com.br) com questões da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Neste novo fascículo do Projeto ENEM, será a vez de estudarmos itens em que são abordados os seguintes assuntos da Língua Portuguesa: funções da linguagem (3,3%) e relações intertextuais (2,8%). Também chegou a hora de estudarmos com questões das línguas estrangeiras. Em inglês, trazemos questões que abordam a leitura e interpretação de textos, representando 50% das questões que já caíram no Exame de 2009 a 2019. Isso mostra o quanto o aluno precisa ter competência leitora, compreendendo o que está escrito e sabendo interpretar as mensagens nos textos.

Também em inglês, há questões que trazem análise de cartuns, tirinhas e charges (12%), recursos bastante explorados nesse tipo de prova. Em Espanhol, não é diferente. A maioria das questões já trazidas no ENEM (56%) exige compreensão e interpretação textual. Em seguida, vêm questões que abordam semântica e domínio lexical (14%), destaca o texto introdutório do fascículo.

Ao todo, serão 17 fascículos com conteúdo prático, incluindo videoaulas, dicas e comentários sobre os temas das questões do ENEM. Os estudantes poderão revisar o conteúdo a qualquer momento, pois o material ficará disponível no site.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Ibope: Aprovação de Bolsonaro cai cinco pontos **Impacto:** Neutro

Ibope: aprovação a Bolsonaro cai cinco pontos

Pesquisa divulgada ontem aponta que 35% avaliam o desempenho do presidente como ótimo ou bom, enquanto há três meses esse percentual era de 40%. Índice, porém, é melhor do que o obtido há um ano, quando era de 29%

VICTOR FARIAS
victor.farias@oiglobo.com.br
BRASÍLIA

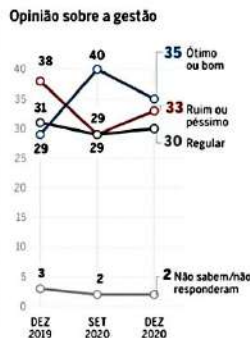
AVALIAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO (EM %)

Pesquisa Ibope divulgada ontem indica que o presidente Jair Bolsonaro perdeu cinco pontos percentuais de avaliação positiva entre setembro e dezembro. Agora, 35% avaliam o desempenho dele como ótimo ou bom, enquanto há três meses o resultado positivo era de 40%. O quadro, no entanto, é melhor que o obtido há um ano, quando o presidente tinha 29% de aprovação.

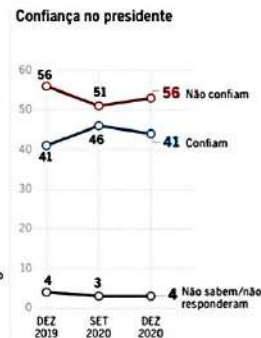
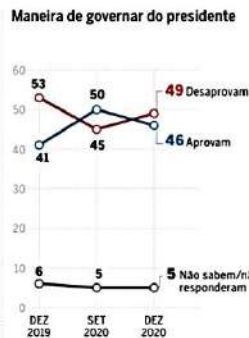
A redução na aprovação ao governo coincide com o recrudescimento da pandemia e a indefinição em torno de um plano de vacinação contra o coronavírus, com o estabelecimento de um cronograma claro.

Encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o levantamento indica que 33% dos brasileiros consideram o governo ruim ou péssimo —um crescimento de quatro pontos percentuais em relação à pesquisa anterior. O percentual que considerava o governo regular era de 29% em setembro, e agora é de 30%. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Entre setembro e dezembro, Bolsonaro teve queda de popularidade em



Fonte: Ibope/CNI



Editoria de Arte

todas as regiões do país, à exceção do Nordeste. As regiões Sudeste e Nordeste reúnem as maiores parcelas descontentes com o presidente. O governo é ruim ou péssimo para 36% dos moradores do Sudeste e 34% no caso do Nordeste. A região Sul continua sendo onde o presidente é mais popular: 44% dos entrevistados consideram o governo ótimo ou bom.

O levantamento também indica que houve uma oscilação no limite da margem de erro em relação à avaliação da maneira de governar de Bolsonaro.

Em setembro, 50% aprovavam a forma como ele administra o país. Agora, esse número passou para 46%. Os que desaprovam eram 45% e agora são 49%.

Em relação à confiança em Bolsonaro, a pesquisa aponta para uma oscilação dentro da margem de erro. Os que confiam eram 46% em setembro e agora são 44%, enquanto os que não confiam eram 51% e agora são 53%.

O levantamento do Ibope foi feito entre os dias 5 e 8 de dezembro, ouviu 2 mil pessoas em 126 municípios e tem 95% de nível de confiança.

Bolsonaro é mais bem avaliado em cidades pequenas, com até 50 mil habitantes, onde o sentimento dos moradores praticamente não mudou em relação ao levantamento anterior. Nesses municípios, mais da metade da população confia no presidente (53%) e aprova sua maneira de governar (55%). Os percentuais de aprovação caem nas grandes cidades, onde há mais de 100 mil habitantes: nelas, 35% confiam no presidente e 62% não confiam, ao passo em que 36% avaliam positiva-

mente a maneira escolhida por ele para governar e 58% avaliam negativamente.

A pesquisa também aferiu a percepção das pessoas em relação ao noticiário sobre o governo. Do total, 15% acreditam que as notícias recentes são mais favoráveis ao governo, enquanto 24% afirmam que elas não são nem favoráveis nem desfavoráveis. Além disso, 46% dos entrevistados afirmam que as notícias são mais desfavoráveis ao governo e outros 15% não souberam ou não quiseram responder.

O Ibope também pergun-

tou aos entrevistados qual avaliação eles fazem do governo em diferentes áreas de atuação. A aprovação da atual gestão não supera a desaprovção em nenhuma das nove áreas incluídas no questionário.

Em relação à pesquisa anterior, quatro áreas registraram queda de aprovação acima da margem de erro: Segurança Pública, Saúde, taxa de juros e combate à inflação. Os melhores resultados do governo estão na Segurança Pública e no combate à fome e à pobreza (44% de aprovação e 53% de desaprovção em ambas).

CENÁRIO DISTINTO

O resultado do Ibope traça um cenário distinto da pesquisa Datafolha divulgada no domingo. Segundo o instituto, a aprovação de Bolsonaro permanece estável e no seu melhor nível desde o início de seu mandato.

De acordo com o levantamento, 37% avaliam o governo de Bolsonaro como ótimo ou bom. Outros 32% avaliam como ruim ou péssimo, dois pontos percentuais a menos do que na pesquisa anterior, realizada no final de agosto. Por fim, 29% acreditam que o mandato de Bolsonaro tem sido regular, uma oscilação positiva de dois pontos em relação há quatro meses.

ANALÍTICO

Patriota volta a entrar no radar presidencial

THIAGO PRADO | thiago.prado@oglobo.com.br

Jair Bolsonaro deixou claro na segunda-feira que dificilmente o Aliança pelo Brasil será formado até março e lembrou ter recebido convites para ingressar em PP, PTB ou "outros partidos pequenos". Embora cite opções de siglas no plural, o partido menor que realmente o presidente estuda entrar é o Patriota — sigla de apenas seis deputados federais, mas que cresceu de 13 para 49 prefeituras nas elei-

ções de novembro. Em conversa há 20 dias com um interlocutor no Planalto, Bolsonaro deixou claro seu incômodo caso entre em partidos como PP e PTB. O raciocínio era mais ou menos o seguinte: se Luciano Bivar não o deixou controlar o PSL, por que Ciro Nogueira e Roberto Jefferson autorizariam o presidente a dar as cartas em seus feudos há décadas? A desconfiança sobre am-



Futuro. Bolsonaro já anunciou que escolherá nova sigla até março de 2021

bas as legendas existe, ainda que as realidades sejam distintas. Hoje, o PP está em ascensão na política nacional — passou de 495 para 685 cidades comandadas após as eleições e pode presidir a

Câmara com Arthur Lira (AL) a partir de fevereiro. Já o PTB caiu de 256 para 212 prefeituras após a disputa, e sua presença é baixa na Câmara, com apenas 11 parlamentares.

O Patriota já fora uma opção especulada em 2018. No primeiro semestre daquele ano, Bolsonaro chegou a anunciar que iria para a legenda, mas mudou de ideia após perceber que não teria o controle do fundo partidário. O dinheiro no partido era (e ainda é) comandado por Adilson Barroso, um político de trajetória apagada do interior de São Paulo que já passou, desde os anos 1980, por PTB, PFL, Prona, PSC e PSL.

O cenário agora é outro. Depois de deixar Bolsonaro escapar pelos dedos, Adilson Barroso teve que se adaptar à realidade pós-eleições. Seu partido não cumpriu a cláusula de barreira e teve que fazer uma fusão com o PRP para não perder

acesso ao fundo partidário e ao tempo de TV.

Para 2022, contudo, o sarrafo vai aumentar, e por isso as portas do Patriota agora estão mais abertas do que nunca. Há dois anos, a obrigação para cada legenda era de receber ao menos 1,5% dos votos válidos nas eleições de 2018 para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos nove estados. Em dois anos, a exigência subirá para 2% do total de votos. Bolsonaro tem sido aconselhado pelos neoadalistas do centrão a aderir a um partido tradicional para a travessia 2021/2022. Mas o Patriota está de portas abertas, e o presidente está, sim, de olho nele como uma possibilidade.

Veículo: O Globo – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 17/12/20 – Cidade/UF: Brasília / DF
Título: 'Adesão às vacinas' Impacto: Neutro

Sociedade



INICIATIVA GLOBAL

Aliança para imunização corre risco

Covax pode deixar países pobres sem vacinas contra Covid-19 até 2024. oglobo.com.br/sociedade

'ADESÃO ÀS VACINAS'

Governo inclui CoronaVac em plano e adota tom de 'paz' e 'entendimento'

DANIEL GULLINO E PAULA FERREIRA
sociedade@oglobo.com.br
mesa

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou ontem, durante evento de apresentação do plano de operacionalização da imunização no Brasil, no Palácio do Planalto, que todas as vacinas que estiverem no país contra a Covid-19 serão do Programa Nacional de Imunização, gerenciado pela pasta por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), "sem exceção".

Todas as vacinas que estiverem no Brasil serão do Programa Nacional de Imunização, sem exceção. E isso já está muito bem pacificado e acordado com todos os entes da federação. E isso representa o que tenha chegado importado de outros países, vai ter que aguardar o registro, vai ter que aguardar a homologação disso tudo, e vai ser incorporado ao SUS.

Após a apresentação, Pazuello se reuniu com governadores. Wellington Dias, do Piauí, afirmou que ministro acertou procedimentos que viabilizam o início da vacinação até 21 de janeiro. Presidente do Consórcio Nordeste, Dias disse que o ministério prevê a assinatura de contratos que permitam o início da imunização até essa data. Já o governador do Pará, Helder Barbalho, disse que o contrato que formaliza a compra da CoronaVac será assinado nesta semana pelo governo federal.

O governo apresentou, na cerimônia no Planalto, sete iniciativas na lista de "adesão do Brasil às vacinas", entre elas a CoronaVac, da farmacêutica chinesa SinoVac Biotech com o Instituto Butantan, que o governador João Doria (PSDB) pretende oferecer em janeiro à população que provocou reações contrárias do presidente Jair Bolsonaro, gerando uma crise política.

Ontem, no lançamento do plano de imunização, em que houve a presença de governa-

dores, Bolsonaro evitou novos atritos e fez um discurso de conciliação. O presidente disse que era um momento de "entendimento" e de "paz".

— Se alguns de nós extrapolou ou até exagerou, foi no afã de buscar solução — afirmou, após dizer que era um "honra" receber governadores.

Bolsonaro disse torcer para um breve retorno à normalidade:

— Neste momento de entendimento, de paz, é que eu cumprimento a todos. Se Deus quiser, brevemente estaremos na normalidade.

Durante a pandemia, Bolsonaro fez críticas aos governadores, principalmente devido a medidas de isolamento social. Em março, por exemplo, chamou governadores de "exterminadores de emprego" e disse que "brevemente o povo saberá que foram enganados por esses governadores".

Em resposta ao anúncio do plano apresentado por Pazuello, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou ontem que Pazuello é um "desastre" para o país e o governo. E que a logística do Exército, com a qual Pazuello é acostumado, é diferente da necessária para a Saúde.

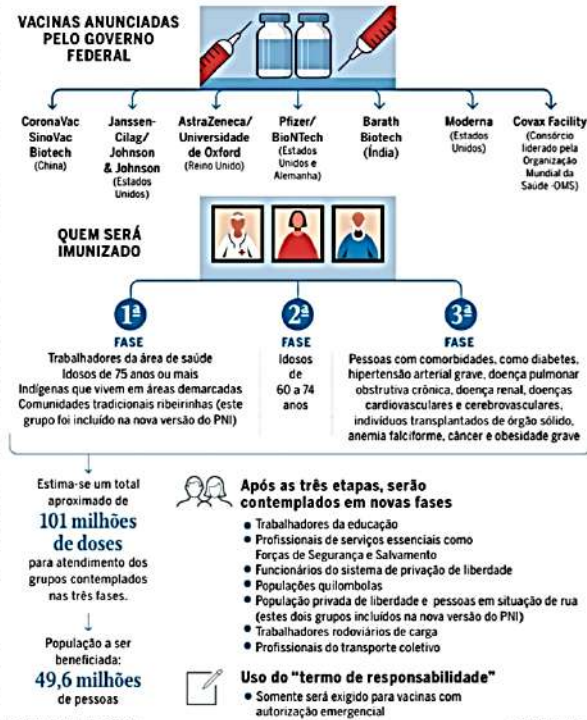
38 MILHÕES DE DOSES

O rol inclui ainda a vacina desenvolvida pela farmacêutica americana Johnson & Johnson por meio de sua subsidiária belga Janssen. É a primeira vez que o Ministério da Saúde externa publicamente um memorando de intenções com a companhia, que recebeu aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para testar seu imunizante no Brasil em agosto. Em novembro, Pazuello se reuniu com representantes da empresa e de outras desenvolvedoras de vacinas candidatas contra a Covid-19. A previsão é que o governo compre 38 milhões de doses do imunizante. Dessas, 3 milhões chegarão no segundo trimestre do ano que vem, 8 milhões, no terceiro trimestre, e 27 milhões, no quarto.

Outros imunizantes citados foram os da AstraZeneca/Uni-

O QUE PREVÊ O PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (PNI)

Imunizantes e grupos prioritários



versidade de Oxford (Reino Unido), com 210,4 milhões de doses; Pfizer/BioNTech (Estados Unidos/Alemanha), com 70 milhões; Barath Biotech (Índia) e Moderna (EUA), sem previsão do número de doses; além do consórcio global Covax Facility, liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o intuito de universalizar o acesso às vacinas contra o novo coronavírus, com 42,5 milhões.

Todas as fórmulas, com exceção da desenvolvida pela Johnson & Johnson, foram desenhadas para serem administradas em duas doses. — Todas as vacinas produzi-

das no Brasil, ou pelo Butantan, ou pela Fiocruz, ou por qualquer indústria, ela terá prioridade do SUS. E isso está pacificado — disse Pazuello.

O ministro da Saúde destacou que nunca deixou de ter um "memorando de entendimento" como Instituto Butantan para a compra da CoronaVac — que se tornou alvo de disputa política entre Doria e Bolsonaro. O ministro afirmou que o governo espera o imunizante ser registrado na Anvisa, na linha do que vem afirmando a pasta:

— Nós nunca deixamos de entender memorando de entendimento com o Butantan. Ele foi

assinado e foi mantido, desde outubro. O que nós aguardamos? Registro na Anvisa.

Em outubro, Bolsonaro chegou a desautorizar Pazuello, que formalizou a intenção de compra da vacina do Butantan por meio de um ofício, e afirmou que a CoronaVac "não seria comprada" pelo governo federal. Em diferentes momentos, o presidente descreditou o imunizante por sua origem chinesa.

O plano de vacinação coloca o Butantan como uma das organizações com as quais "foram firmados memorandos de entendimento, não vinculantes, que expõem a in-

tenção de acordo, podendo sofrer alterações de cronograma e quantitativos a serem disponibilizados". Também estão nessa lista Pfizer, Janssen, Moderna, Gamaleya (Rússia) e Bharat Biotech. Na versão anterior do plano, enviada no sábado ao Supremo Tribunal Federal (STF), não foi citada a intenção de compra da CoronaVac.

Pazuello afirmou que o "termo de responsabilidade" anunciado por Bolsonaro só será exigido para vacinas com autorização emergencial. Em caso de registro definitivo, o termo não será exigido.

O ministro se recusou a precisar uma data sob a alegação de que não venderia "ilusões", mas afirmou que a vacinação pode começar "em meados de fevereiro", caso o Butantan e a Fiocruz façam o pedido de registro em dezembro. Na semana passada, Pazuello havia dito que qualquer vacina demoraria 60 dias para ser aprovada.

— Se nós conseguirmos manter o planejado do Butantan e da Fiocruz de apresentar a fase 3 dos estudos e a documentação das fases 1 e 2 em dezembro à Anvisa e solicitar o registro, não teremos em janeiro para análise da Anvisa e, possivelmente, em meados de fevereiro para frente, estamos com as vacinas recebidas e registradas para iniciar o plano.

Pazuello também enfatizou que a população brasileira terá acesso à vacina de forma gratuita por meio dos postos de vacinação. Ao comentar a operação de distribuição das vacinas, o ministro não se mostrou preocupado com a complexidade da tarefa num país extenso com população de mais de 210 milhões de pessoas.

NOVAS PRIORIDADES

A nova versão do plano inclui mais grupos entre os que terão prioridade para receber a vacina. Passaram a integrar a lista população privada de liberdade, pessoas em situação de rua, trabalhadores rodoviários de carga e do transporte coletivo, comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas.

Continuam no grupo prioritário trabalhadores da saúde, pessoas de 60 anos ou mais, indígenas, pessoas com comorbidades (como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares) e membros de Forças de Segurança e Salvamento. Duas categorias tiveram mudanças na nomenclatura, o que pode significar aumento de beneficiados: "professores, nível básico ao superior" foi alterada para "trabalhadores da educação" e "funcionários do sistema prisional" passou para "funcionários do sistema de privação de liberdade".

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Despesas garantidas **Impacto:** Neutro

O GLOBO | Quinta-feira 17.12.2020

| 21

Economia



PRORROGAÇÃO

Vale terá concessão de ferrovias por mais 30 anos

Estradas de ferro Carajás e Vitória-Minas devem receber R\$ 24,7 bilhões já partir de 2021 globo.com/3ak8PYW

DESPESAS GARANTIDAS

Congresso aprova diretrizes do Orçamento e afasta risco de 'shutdown'

ISABELLA MACEDO
E MARCELLO CORRÊA
economista@oglobo.com.br
BRASILIA

O Congresso aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, essencial para evitar a paralisa da máquina pública (shutdown) a partir de 1º de janeiro de 2021. Na Câmara, o texto foi aprovado por 444 votos favoráveis e apenas dez contrários. No Senado, a apreciação foi simbólica, por acordo, portanto sem contagem de votos. A matéria vai à sanção presidencial.

O projeto enviado pelo Executivo anualmente é responsável por estabelecer as metas e prioridades para o ano seguinte e precisa ser chancelado pelo Congresso. Os deputados aprovaram o texto e recusaram as sugestões de mudanças na proposta. Após a votação na Câmara, os senadores também apreciaram o relatório de maneira célere, em menos de dez minutos. Apenas com a votação do texto é possível iniciar o recesso parlamentar.

Além das metas do governo, a LDO também estabelece as regras e os limites para as despesas da União. Por isso, o texto é considerado fundamental para garantir o funcionamento da máquina pública a partir de janeiro de 2021.

A LDO foi apresentada às pressas, sob críticas de parte dos parlamentares, e recebeu mais de duas mil emendas. A versão final da proposta só foi apresentada pelo relator, senador Irajá (PSD-



Chancela. Grupo de senadores reunidos para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso; projeto estabelece metas e prioridades para o ano seguinte

TO), na terça-feira, um dia antes da votação. O projeto confirmou a sugestão do governo de prever meta de déficit primário de R\$ 247,1 bilhões e salário mínimo de R\$ 1.088 no ano que vem.

BALIZADOR DOS GASTOS

A primeira versão do projeto foi apresentada pelo governo em abril, com previsão de uma meta fiscal flexível, por causa das incertezas em relação à projeção para as receitas em 2021. O Tribunal de Contas da União (TCU), no entanto, alertou que essa manobra poderia desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. A

equipe econômica voltou atrás e enviou na terça-feira a previsão de déficit.

A definição de um limite para o resultado das contas públicas é importante porque baliza a liberação de recursos ao longo do ano. A cada dois meses, o governo avalia se a meta corre risco de ser descumprida e, se necessário, faz um contingenciamento no Orçamento — ou seja, bloqueia temporariamente recursos dos ministérios.

Essa regra foi suspensa neste ano por causa do decreto de estado de calamidade pública, editado para permitir a autorização de gastos emer-

genciais para combater a pandemia de Covid-19. A medida se encerra em 31 de dezembro, mas já há pressões para prorrogar esse prazo.

Antes da votação, os deputados se queixaram de a Comissão Mista de Orçamento (CMO), colegiado responsável pela análise inicial do texto, não ter sido instalada neste ano. A CMO foi alvo de uma queda de braço que teve como pano de fundo a disputa pela presidência da Câmara entre os grupos do líder do centro, Arthur Lira (PP-AL), e do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

— Marcamos presença em

todas as reuniões convocadas para a instalação da CMO. A disputa política em torno da presidência passou para nós ao longo. Não se justifica a CMO não ter sido instalada — disse Afonso Florence (PT-BA).

A Constituição prevê que a LDO seja votada na CMO antes de ir a plenário.

O deputado Marcelo Ramos (PL-AM) também se queixou da inconstitucionalidade de levar a LDO diretamente ao plenário e pediu o compromisso do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para que ela seja instalada já em janeiro, para a votação

da Lei Orçamentária:

—O mais grave não é que o Congresso excepcione a regra constitucional para trazer a matéria direto ao plenário. O mais grave é que isso seja feito sem o compromisso de instalar a CMO.

Normalmente, o Congresso aprova dois projetos para balizar os gastos do governo no ano seguinte. A LDO, com as regras gerais das finanças públicas, costuma ser sancionada ainda em agosto; e a Lei Orçamentária, com a descrição das fontes das receitas e o destino das despesas, é apreciada até dezembro. Neste ano, esse processo atrasou principalmente por causa da pandemia e da turbulência política causada pela disputa pela presidência da Câmara. A Lei Orçamentária só será votada em fevereiro.

LIBERAÇÕES MENSIAIS

Sem o Orçamento, há a previsão de que a máquina pública seja custeada por meio de liberações mensais, baseadas na proposta de despesas definida pelo governo. Para que esse mecanismo provisório entre em ação, era necessária a aprovação ao menos da LDO, o que reduz as incertezas em relação ao começo do próximo ano.

Outro questionamento foi a decisão de Alcolumbre de iniciar a sessão para análise da LDO e não pautar os vetos presidenciais. A medida contraria o regimento interno do Congresso e a Constituição, que prevê que vetos que não forem analisados em 30 dias tranquem a pauta.

Hoje, 22 vetos estão trancando a pauta, inclusive alguns que tratam de medidas polêmicas, como o do marco legal do saneamento.

Essa medida é acompanhada pelo governo. Se a decisão presidencial for revertida, concessionárias estaduais poderiam renovar sem licitação por até 30 anos contratos com os municípios — manobra que vai na direção contrária do projeto de lei aprovado e defendido pelo governo para ampliar a concorrência no setor.

OS PERCALÇOS NO DEBATE DA LDO

1 Primeira versão previa meta flexível devido às incertezas da pandemia

A primeira versão da LDO, de abril, previa meta fiscal flexível, por causa das incertezas com a pandemia. O Tribunal de Contas da União alertou que essa manobra poderia desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. A equipe econômica voltou atrás e, só na terça-feira, enviou projeção de déficit de R\$ 247,1 bilhões.

2 Sucessão na Câmara afetou a instalação da Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) não foi instalada. A Constituição prevê que a LDO seja votada na CMO antes de ir a plenário, mas a indicação para o comando do colegiado se tomou uma prévia da eleição para a presidência da Câmara, com um embate entre aliados de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Maia (DEM-RJ).

3 Texto foi apresentado na última hora com mais de duas mil emendas

A LDO foi apresentada às pressas, sob críticas de parte dos parlamentares. A versão final da proposta só foi apresentada pelo relator, senador Irajá Silvestre Filho (PSD-TO), na terça-feira, um dia antes da votação. Além disso, o texto recebeu mais de duas mil emendas.

4 Vetos presidenciais, como o do saneamento, deveriam ser analisados antes

Outra questão foi a decisão do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), de iniciar a sessão pela análise da LDO e não pelos vetos presidenciais. A medida contraria a Constituição, que prevê que vetos não analisados em 30 dias tranquem a pauta. Hoje, há 22 vetos neste caso, como o do marco do saneamento.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: OCDE recomenda aumento para o Bolsa Família **Impacto:** Neutro

OCDE recomenda aumento para o Bolsa Família

Grupo dos países ricos defende rapidez na concessão dos benefícios, avanço de reformas como a administrativa, continuidade no ajuste das contas públicas e respeito ao teto de gastos. Para Guedes, medidas estão alinhadas com visão do governo

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — o clube dos países ricos — recomendou ao Brasil aumentar os valores e acelerar as concessões de benefícios do Bolsa Família. O grupo, no qual o Brasil tenta entrar com apoio dos EUA, ainda sugere "retirar os benefícios apenas gradualmente".

Como o GLOBO mostrou, um milhão de famílias estão na fila para receber a ajuda financeira do governo. Anteriormente, o presidente Jair Bolsonaro realfirmou que não haverá Renda Brasil, mas pediu valor maior para o Bolsa Família.

A OCDE argumenta que os repasses do Bolsa Família têm forte impacto sobre a pobreza e a desigualdade, mas diminuíram 22% em termos reais (considerando a inflação) nos últimos 15 anos.

"Nenhum ajuste automático é aplicado às transferências

as condicionais de dinheiro no programa Bolsa Família, que visa (atender a) famílias com renda per capita mensal abaixo de R\$ 178 por mês e com crianças matriculadas em programas regulares de escola", diz o texto.

PROTEÇÃO AOS INFORMAIS

"Aumentar os benefícios e os limites de elegibilidade tem grande potencial para reduzir ainda mais a pobreza".

No relatório divulgado ontem, a OCDE diz ser necessário acelerar a concessão de benefícios em caso de demissão.

"Isso daria mais proteção aos trabalhadores informais, que respondem por um terço do emprego e não são cobertos por esquemas de proteção ao trabalhador, e poderia reverter o recente aumento das taxas de pobreza e desigualdade".

Também recomenda manter o ajuste nas contas públicas e respeitar o teto dos gastos, a regra que limita o aumento das despesas do governo.

Para o ministro da Econo-



Fila do benefício. Organização internacional destaca impacto do Bolsa Família contra a pobreza e a desigualdade

mia, Paulo Guedes, o documento da OCDE está em linha com a avaliação do governo.

— O relatório apresenta um diagnóstico alinhado com a nossa própria avaliação. As principais mensagens econômicas são resumidas em sus-

tentabilidade fiscal, crescimento da produtividade, que requer aprofundamento das reformas. As reformas para aprofundar a consolidação fiscal, estão no centro da programação econômica do nosso governo — disse Guedes.

O texto da OCDE sugere ao país manter os juros baixos até que as pressões inflacionárias se tornem "claramente visíveis", além de garantir a autonomia do Banco Central.

Para melhorar as contas públicas, a orientação é que o país

dê mais eficiência aos gastos. "Existe muito espaço para revisar os gastos tributários, incluindo os subsídios ineficazes para atividades específicas e os regimes tributários especiais. Ao mesmo tempo, uma reforma administrativa poderia gerar economias e melhorar a qualidade da administração pública", diz o texto.

A entidade recomenda também reduzir a rigidez do orçamento, revisando a vinculação de receitas, os pisos de gastos obrigatórios. Essa é uma bandeira de Paulo Guedes, incluída na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, enviada ao Congresso há um ano, mas que ainda não foi votada.

A OCDE ainda recomenda indexar os benefícios da Previdência Social à inflação e não ao salário mínimo. E pede ao Brasil para "fortalecer os esforços de fiscalização para combater o desmatamento ilegal e garantir pessoal e orçamento adequados para as agências de fiscalização ambiental".

Equipe de Guedes estuda liberar crédito e antecipar 13º

Ministério vai esperar dois meses antes de decisão sobre medidas para 2021

GERALDA DOCA
E MARCELLO CORRÊA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A equipe econômica quer um prazo de ao menos dois meses para avaliar a necessidade de medidas de estímulo à economia no ano que vem. Apesar disso, tem no radar a possibilidade de repetir ações tomadas no início da pandemia, como a ampliação do crédito e a antecipação de benefícios.

Segundo um auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, o cenário ainda não está definido. A percepção até agora é que a atividade econômica não sofreu uma paralisação total, apesar de ter dado uma arrefecida nos últimos meses.

De acordo com uma fonte,

uma das possibilidades na mesa é liberar compulsórios, os recursos dos bancos que ficam retidos no Banco Central. A medida poderia ampliar a disponibilidade de crédito na praça, caso isso seja necessário.

Essa linha só seria adotada, no entanto, se houver restrição no mercado financeiro. Em março, assim que a pandemia foi decretada, a autoridade monetária liberou parte desses recursos e injetou R\$ 68 bilhões na economia.

DISPUTA PELO FGTS

No caso das ações voltadas a micro e pequenas empresas, o governo vai aguardar o fim da carência dos empréstimos em condições facilitadas concedidos no Pronampe. O prazo acaba em fevereiro, quando os tomadores começarão a

pagar as prestações.

Em outra frente, o rol de medidas inclui a antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas, do auxílio-doença e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a deficientes da baixa renda, caso haja restrição ao atendimento nos postos do INSS.

A possibilidade de antecipação de benefícios foi mencionada por Guedes na semana passada, mas ele não deu detalhes sobre como a medida seria viabilizada.

Alguns integrantes do Ministério da Economia defendem uma nova rodada de saque do FGTS, mas não há consenso na própria pasta.

A medida também enfrentaria resistência de outras áreas do governo, como Mi-



Indefinição. Ministério deve aguardar dados sobre avanço da pandemia e emprego

As opções em análise pela pasta

> **Compulsório:** ao reduzir a parcela que os bancos deixam retido no Banco Central, o governo conseguiria estimular a liberação de crédito.

> **13º de aposentados:**

antecipar recursos ajudaria a mitigar efeitos de uma pandemia prolongada.

> **Impostos:** está no radar uma nova pausa no pagamento de tributos para empresas.

nistério do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Casa Civil, por causa dos impactos no programa Casa Verde e Amarela, financiada por recursos do Fundo.

Segundo fontes do Conselho Curador, o fluxo de caixa do FGTS foi reduzido com aumento das retiradas, sobretudo por demissões sem justa causa e do saque emergencial de R\$ 1.045 que só termina em 31 de dezembro.

ALÍVIO NOS TRIBUTOS

Também faz parte do pacote uma nova pausa nos pagamentos de tributos e contri-

buições para aliviar o caixa das empresas. Isso vai depender, contudo, do comportamento da arrecadação.

Uma fonte lembrou que os dados da Receita Federal indicam que as empresas que tiveram alívio nos tributos no início do ano voltaram a pagar impostos e, por enquanto, não há indício de inadimplência. Esse técnico afirma, no entanto, que o interesse do governo é facilitar as condições para garantir o recebimento dos tributos.

Será preciso aguardar as festas do fim de ano e as férias de janeiro, além da previsão de vacinas para medir os efeitos dos desdobramentos da pandemia sobre a economia. Apesar do aumento do número de casos da doença, a avaliação é que ainda é cedo para adotar medidas de estímulo.

Segundo o economista José Márcio Camargo, antes de qualquer decisão, o governo precisa avaliar o comportamento do mercado de trabalho. E deve aguardar os dados do emprego formal, medidos pelo Caged e a pesquisa do IBGE (Pnad).

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 17/12/20 – Cidade/UF: DF

Título: EUA e Pfizer negociam doses a mais de vacina, com impacto em países pobres Impacto: Neutro

A14 | QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Internacional

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Especialistas advertem que bilhões de pessoas podem ficar sem acesso aos imunizantes até o fim de 2024 por causa dos excedentes contratados principalmente pelos governos americano, canadense e britânico; ONG denuncia falta de cooperação internacional

EUA e Pfizer negociam doses a mais de vacina, com impacto em países pobres

WASHINGTON

O governo de Donald Trump negocia um acordo com a Pfizer para liberar suprimentos e matérias primas para ajudar a empresa a produzir milhões de doses adicionais da vacina ainda no primeiro semestre de 2021. O acordo resolveria o problema americano que não tem uma pré-encargada da vacina, mas deixaria países pobres com mais dificuldades de obtê-la.

Em junho, a Pfizer concordou em fornecer 100 milhões de doses até o fim de março de 2021, o suficiente para imunizar 50 milhões de pessoas, já que sua vacina requer duas injeções. Nações ricas se juntaram aos EUA para fazer grandes encomendas, muitas vezes com a opção de aumentar as negociações e adquirir mais doses. Mas a estratégia minou a capacidade de muitos países de fazer compras em quantidades suficientes para imunizar suas populações.

Os EUA asseguraram ontem que têm contratadas 900 milhões de doses de vacina e poderiam aumentar ainda a bilhões, o que lhes garantiria "excedentes" que possam compartilhar com seus aliados no mundo. O país tem uma população de 330 milhões de pessoas, da qual devem ser subtraídos cerca de 70 milhões para não receber a vacina agora, pois não é indicada a menores de 16 anos. Além dos Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido já fecharam acordos para obter doses de vacinas muito superiores ao necessário para imunizar suas populações e especialistas advertem para o risco de uma corda de imunizantes prejudicar o acesso de nações pobres e em desenvolvimento.



Campanha. Médico de Massachusetts é o primeiro a receber vacina anti-covid nos EUA, imunizante é da Pfizer-BioNTech

A agência de notícias Reuters mostrou ontem que o mecanismo global para distribuir vacinas contra covid-19 para países mais pobres - o Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde (OMS) - corre risco de fracasso "muito alto". Isso poderia fazer com que bilhões de pessoas fiquem sem acesso a vacinas até o fim de 2022. Os documentos obtidos pela agência mostram que faltam fundos, há riscos de ausência de suprimento e existem arranjos contratuais complexos que podem impedir a realização de seus objetivos. Na mesma linha, um relatório

Chile já tem imunizante para toda população

O Chile aprovou ontem o uso da vacina Pfizer-BioNTech contra o coronavírus, permitindo a sua importação e o início da aplicação na população acima de 18 anos. O país fechou acordos com vários laboratórios e já tem garantidas mais de 58 milhões de doses, o suficiente para imunizar a população do país, de 19 milhões de habitantes.

A aprovação do imunizante da Pfizer foi decidida por um comitê de 22 especialistas. A data do começo da vacinação será anunciada em breve. Da Pfizer, o Chile deve receber 10 milhões de doses. Pelo convênio no Covax - iniciativa global liderada pela OMS -, serão mais 8 milhões. Da AstraZeneca virão outros 14,4 milhões de doses e da chinesa Sinovac, mais 20 milhões. Cinco milhões de chilenos - trabalhadores de saúde, maiores de 65 anos e doentes crônicos - serão vacinados primeiro. **JAP e neutras**

divulgado semana passada pela People's Vaccine Alliance - um grupo de organizações não governamentais - alerta que cerca de 70 países pobres ou em desenvolvimento só serão capazes de vacinar uma em cada dez pessoas em 2021. "Há um baixíssimo nível de cooperação internacional em todas as etapas dessa pandemia - na divulgação de informações no início dos surtos, na compra de equipamentos como respiradores e outros insumos, e agora há o perigo do nacionalismo das vacinas", avalia o diplomata Rubens Ricupero, que foi representante do Brasil na OMS. O Covax, do qual o Brasil faz

parte, almeja entregar no menor a bilhões de doses de vacina até o final de 2021 para cobrir 20% das pessoas mais vulneráveis de 91 países pobres e de renda média, a maioria na África, Ásia e América Latina. Ricupero defende mais comprometimento e aporte de recursos para tornar o Covax mais robusto, mas afirma que países pobres ainda não estão sendo prejudicados pela situação, pois não foram os mais afetados pelo vírus.

"A maneira de contornar esta dificuldade, neste momento, é a cooperação internacional", afirma Dency Ventura, coordenadora da pós-graduação em saúde global na USP. A pesquisadora afirma que os governos precisam entender que ninguém está seguro sem reformas importantes nos sistemas nacionais de saúde, até mesmo nos programas de imunização.

Ela recomenda uma revisão no acesso a medicamentos e insumos a nível global. "Não é possível que a indústria pratique os preços que adota atualmente e o dinheiro da cooperação internacional seja drenado para enriquecer as indústrias".

Para Ventura, a demora ou o acesso limitado a vacinas fará com que nos países mais pobres os efeitos da pandemia sobre a saúde e a economia durem mais tempo e tenham danos que poderiam ser evitados. "Esses impactos no mundo inteiro, não apenas para os países menos desenvolvidos. A vacina contra a covid-19 não vai resolver os problemas desses Estados, apenas reduzir os efeitos nocivos de uma catástrofe. É preciso reformar a saúde global como um todo para que os sistemas de saúde desses países sejam fortalecidos". **/ PAULO BEZALDU, COM NYT, REUTERS E EFE**

Com recorde de mortes, Alemanha fecha o país

Confinamento parcial é retomado e governo veta encontros nas festas de fim de ano; vacinação começa dia 27

FRANKFURTE

A Alemanha entrou ontem em um novo confinamento parcial em razão da nova onda da covid-19 e a explosão do número de mortes no país, que registrou um novo recorde. O ministro da Saúde, Jens Spahn, anunciou ontem que a Alemanha pretende iniciar a vacinação no dia 27 em casas de repouso.

O Instituto de vigilância epidemiológica Robert Koch, informou ontem que 952 pessoas morreram em 24 horas e o país também registrou 27.728 novos casos confirmados de doença - total muito próximo do recorde de quase 30 mil notificações da sexta-feira. O recorde anterior de óbitos em um dia foi em 11 de dezembro, com quase 600 mortes. A situação das UTIs é cada vez mais preocupante, com 83% dos leitos ocupados, segundo a Federação de Medicina Intensiva (DfiV). Com alta de casos, o governo decidiu ampliar as restrições de viagens antes do Natal. O cenário atual contrasta com o primeiro semestre, quando o país conseguia administrar bem. Ontem, o

VACINAÇÃO NO MUNDO

Veja em quais países estão se preparando para a imunização



PAÍS	DATA DE INÍCIO	PAÍS	DATA DE INÍCIO
Rússia	5 de dezembro	Bélgica	Dia 5 de janeiro
Reino Unido	8 de dezembro	Grecia	Ni primeira semana de janeiro
EUA	14 de dezembro	Holanda	Ni primeira semana de janeiro
Arábia Saudita	15 de dezembro	Espanha	Em janeiro, sem data definida
Alemanha	27 de dezembro	Itália	Em janeiro, sem data definida
Canadá	Terceria semana de dezembro	Suécia	Em janeiro, sem data definida
México	Terceria semana de dezembro	Índia	Em janeiro, sem data definida
França	Terceria semana de dezembro	Japão	Em março, sem data definida
Portugal	Terceria semana de dezembro	Chile	Primeiro semestre de 2021
Argentina	Em dezembro, sem data definida	Coreia do Sul	Ainda não definido

Fonte: SAÚDE DESENVOLVIMENTO / AGENCIAS INTERNACIONAIS DE NOTÍCIAS

país retomou o confinamento parcial, com o fechamento das escolas e dos estabelecimentos comerciais não essenciais.

As autoridades esperam que até o fim de janeiro o país "fique em casa" seja respeitado pela população, de acordo com o texto da resolução aprovada no domingo em uma reunião entre a chanceler Angela Merkel e os governadores dos Estados regionais.

Os contatos sociais serão restritos entre 24 e 26 de dezembro. As reuniões serão autorizadas apenas entre parentes muito próximos. As celebrações de ano novo serão reduzidas ao mínimo, com a proibição de vendas de fogos de artifício de rua. As medidas têm o objetivo de evitar o colapso do sistema hospitalar. Em Berlim, a taxa de ocupação dos serviços que atendem os casos mais graves de covid-19 já supera 80%. Em várias cidades, a população corre para fazer as compras de Natal antes do fechamento das lojas.

"Espero que as compras de segunda-feira e terça-feira não nos penalizem", disse Merkel. "A vacina nos ajudará, mas a evolução da pandemia continua sendo imprevisível", disse.

Europa. No Reino Unido, pubs, restaurantes e lojas de Londres terão de fechar pela terceira vez neste ano. Na Dinamarca, há um confinamento parcial em todo o país e a Holanda decretou o fechamento de cinco semanas, que começa terça-feira. A França, onde bares e restaurantes estão fechados desde o fim de outubro, há um toque de recolher entre 20 horas e 6 horas. **JAP e neutras**

UE quer que países iniciem vacinação no mesmo dia

Os 27 países da União Europeia (UE) devem iniciar no mesmo dia as campanhas de vacinação contra a covid-19, em sinal de unidade, afirmou ontem a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apesar de algumas nações terem indicado que pretendem iniciar logo a imunização. "Começaremos assim que possível a vacinação, todos juntos, no 27, no mesmo dia, da mesma maneira que enfrentamos esta pandemia", disse a alemã em um discurso no Parlamento Europeu. "Para controlar a pandemia, precisamos vacinar até 70% da população. Isso é uma tarefa enorme", disse.

A Agência Europeia de Medicamentos, órgão regulador do bloco, anunciou para a próxima segunda-feira a reunião que avaliará a aprovação da vacina desenvolvida pelos laboratórios Pfizer-BioNTech. As normas europeias permitem que os países adotem individualmente decisões sobre o início de campanhas de vacinação, mas a UE pretende uma ação unificada para evitar atraso de regiões.

Von der Leyen recorreu ainda que a vacina da Pfizer-BioNTech é apenas uma das seis que a UE têm reservadas. "No total, compramos doses mais do que suficientes para todos na Europa", disse a presidente da Comissão Europeia. **JAP e neutras**

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 17/12/20 – Cidade/UF: DF
Título: Estados têm alívio de R\$ 217 bi com crédito novo e renegociação da dívida Impacto: Neutro

B1 | QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2020 INCLUI CLASSIFICADOS O ESTADO DE S. PAULO



IMÓVEL SÓLIDO COMO SEMPRE, SEGURO COMO NUNCA E COM A MENOR TAXA DE JUROS DA HISTÓRIA. TEGRA INCORPORADORA

Contas públicas. Projeto de socorro atende à demanda de muitos Estados que não estão tão endividados a ponto de ingressar no regime de recuperação, mas têm problemas de caixa; foi ampliado de 6 anos para 9 anos o prazo de duração do plano de reequilíbrio das contas

Estados têm alívio de R\$ 217 bi com crédito novo e renegociação da dívida

Milena Tomazini
Adriana Formisano | BRASÍLIA

O projeto de socorro aos Estados vai proporcionar um alívio de R\$ 217 bilhões a governos endividados ou com dificuldades de caixa, segundo estimativa do Ministério da Economia. O cardápio de medidas inclui a concessão de novos empréstimos, renegociação de dívidas e suspensão de cobranças, em troca do compromisso dos governadores com iniciativas para reequilibrar as contas.

O espaço para novos empréstimos será de R\$ 18 bilhões para dez Estados com nota A e B na classificação de risco, que apontam melhores condições financeiras e capacidade de pagamento. Juntos, os Estados que têm nota C e hoje não podem contratar empréstimos tendo a União como sua fiadora (mas barões que as demais linhas) terão um espaço de R\$ 6,6 bilhões e a chance de obter crédito no Tesouro Nacional, desde que adotem medidas de ajuste.

O acesso ao dinheiro novo era uma demanda de muitos Estados que não são tão endividados a ponto de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mas enfrentam problemas severos de caixa e precisavam de fôlego. O programa vem sendo desenhado desde o ano passado pelo governo federal. Após dar lugar ao repasse de recursos a Estados e municípios na pandemia de covid-19, o projeto foi representado pelo deputado Pedro Paulo (DEM-PA).

Em outro ponto do projeto, o Congresso remodelou o RRF, programa criado em 2017 para resgatar Estados superendividados. Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, o novo desenho é "feito para ser cruel". No modelo original, apenas o Rio de Janeiro conseguia aderir e enfrentar dificuldades para cumprir o plano de ajuste prometido ao governo federal, que precisava ser cumprido até 2023.

Prazo ampliado. Com a reformulação, foi ampliado de seis para nove anos o prazo de duração do plano de reequilíbrio das contas, durante o qual o Estado cumprirá as oito medidas de ajuste fiscal exigidas, como privatizações ou concessões, cortes de benefícios tributários e ajustes nas carreiras de servidores para cortar benefícios que já não existem mais na União. Em troca, a dívida será totalmente suspensa no primeiro ano, com retomada gradual da cobrança até chegar a 100% do devido ao fim dos nove anos.

A regra de acesso ao RRF também foi facilitada. As medidas devem vislumbrar a adesão dos governos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, além de um novo plano para o Rio de Janeiro.

O Estado de Goiás, que também enfrenta dificuldades e chegou a ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a antecipação dos benefícios do RRF até sua adesão, não deve se reeditar no regime, na sua versão integral. Ele poderá ingressar em uma "versão light" da recuperação fiscal criada no projeto, que dispensa o quesito de superendividamento para a adesão, mas também afasta

qualquer benefício de suspensão de dívida. A vantagem, nesse modelo, é poder acessar valores mais significativos de empréstimos. Segundo a parça do Estado, Brasília, o Rio Grande do Norte também poderia se beneficiar dessa modalidade.

“É necessário transparência e fidelidade dos dados para a possibilidade de se atingir equilíbrio fiscal o mais rápido possível.” Waldery Rodrigues

SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA

teto. O valor agora será incorporado ao estoque da dívida dos governos estaduais.

O projeto ainda assegura um alívio de R\$ 7,7 bilhões em pagamentos a organismos multilaterais. Outros R\$ 4,7 bilhões serão concedidos por meio de outras renegociações de dívidas dispersas — uma delas que beneficia o Estado de Goiás e compensa a ausência de suspensão de sua dívida no RRF.

O alívio não é dado por meio de uma injeção direta de recursos da União dos Estados, mas sim por suspensão de dívidas,

embora esse movimento aumente a necessidade de o Tesouro Nacional se financiar no mercado financeiro porque vai receber menos pagamentos dos Estados.

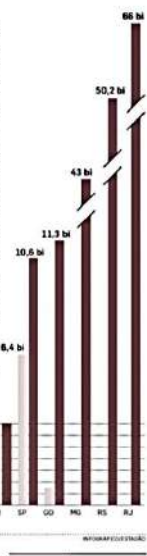
Despesa com pessoal. Uma vitória obtida pela equipe econômica foi padronizar os critérios de cálculo das despesas com pessoal. Essa “harmonização” das regras era uma batalha antiga do Tesouro Nacional para reforçar o cumprimento efetivo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 60% da receita corrente líquida em gastos com pessoal.

Interpretações benevolentes da LRF aplicadas por Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) atrapalharam um diagnóstico mais célere sobre a real situação fiscal dos governos estaduais e reduziram a potência dos instrumentos previstos na própria lei para frear os desequilíbrios nas contas.

Estados fazem uma “maquiagem” para o limite não estourar e estarem sujeitos às punições pelo descumprimento do limite. Ao longo dos anos muitos Estados criam exceções à classificação, abrindo brechas para que o número apresentado seja melhor.

Pelo texto do projeto, poderes e órgãos deverão incluir nas suas despesas com pessoal seus benefícios previdenciários. O projeto determina que os Tribunais de Contas observem as normas emitidas pelo Conselho de Gestão Fiscal. A verificação da LRF deverá ser feita segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho de Gestão Fiscal. A medida foi comemorada entre os técnicos.

“É necessário transparência e fidelidade dos dados para possibilidade de atingir equilíbrio fiscal o mais rápido possível”, defendeu Waldery.



FÔLEGO NOVO

Projeto de socorro a Estados garante dinheiro novo, alívio em dívidas e fim de punições quando gastos excederem o teto



VALOR EM MILHÕES DE REAIS. FONTE: ESTIMATIVA DO SEU. O VALOR ADERIR AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL. WASHINGTON/ISTOCK

70 ANOS GRANDES OPORTUNIDADES POR TODO O BRASIL. IMÓVEIS EM OFERTAS ESPECIAIS COM VALORES MUITO ABAIXO DA AVALIAÇÃO. ENVIE SUA PROPOSTA AGORA: imovels.sodresantoro.com.br/bradesco-especial. SODRÉ SANTORO LÉLÉOS PRESENCIAIS E ONLINE

3 PERGUNTAS PARA...

Virna Pinto, responsável do Ibr/FGV

1. Qual sua avaliação do projeto aprovado? Olhando o contexto geral, considerando que foi boa a aprovação, pois aproxima a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) trazendo mais clareza nas regras fiscais, além de gerar um incentivo ao ajuste fiscal de Estados e municípios. Com o plano de promoção do equilíbrio fiscal, o governador ou prefeito pode escolher ao menos três medidas para adotar, incluindo privatização de estatais, redução de 20% dos incentivos fiscais, teto de gastos e adoção de regras iguais às da União para a Previdência dos servidores.

2. Qual a perspectiva para Estados e municípios com sua aprovação? Pensando no Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, acho que pode ser um incentivo para fazer um ajuste fiscal mais expressivo. Mas tem o risco de ocorrer como em legislações anteriores, caso as medidas não forem efetivas para promover o ajuste fiscal de forma mais estrutural.

3. Qual a vantagem da harmonização de regras? O ideal seria a instituição do conselho de gestão fiscal, previsto na LRF, mas nunca implementado. Mas a medida atual ajuda a melhorar o entendimento da aplicação das regras fiscais, o que pode ajudar na gestão fiscal.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** DF
Título: Estudo aponta carga tributária desigual **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 2020 | Economia | B7

Estudo aponta carga tributária desigual

Segundo dados que serão apresentados hoje por ex-secretário da Receita, reforma pesará mais nos setores de agronegócio e serviços

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Crítico de uma aprovação rápida da proposta de reforma tributária, o ex-secretário da Receita, Marcos Cintra, divulgou estudo que aponta que os setores de agropecuária e de serviços são os que mais teriam aumento de carga tributária se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, que tramita na Câmara, for aprovada. Por outro lado, a indústria de transformação, bancos (intermediação financeira e seguros), eletricidade, gás e esgoto, teriam queda da carga tributária.

Pelos cálculos do ex-secretário, que publica hoje os dados com a abertura para 126 setores da economia, agropecuária, extração vegetal e pesca teriam um aumento da carga de 25%. Já a carga da indústria de transformação cairia 19,72% e a dos bancos, 19,35%. O setor de serviços, um dos mais críticos à proposta de uma alíquota única na reforma, teria alta de 24,62%.

Os dados levam em conta a criação do Imposto sobre Bens

e Serviços (IBS) com alíquota de 25%, substituindo o PIS, Cofins, IPI (tributos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) por um modelo de tributação de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Ao Estadão, Cintra defende a necessidade de uma discussão da reforma sem "preconceitos" e com tempo necessário para o debate do parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) "É preciso um debate grande para corrigir as distorções, que criam focos de oposição ferrenha à aprovação da reforma."

A disputa em torno da proposta e dos números dos impactos do texto tem acirrado os debates entre entidades que representam os diversos setores, tributaristas e economistas.

Segundo ele, a metodologia usada tem como base um sistema de equações simultâneas geradas com dados da chamada "matriz de recursos e usos" das contas nacionais do IBGE. Cintra diz que incorporou o sistema de créditos e débitos da PEC. Para ele, é equivocada a alegação de que o setor de servi-

QUEM GANHA E QUEM PERDE

● Comparação do efeito na carga tributária dos setores com a aprovação da reforma tributária na Câmara

EM PORCENTAGEM	COMO É HOJE (PIS + COFINS + IPI + ICMS + ISS)	IBS (COM ALÍQUOTA DE 25%)	VARIÇÃO
Agropecuária, extração vegetal e pesca	26,16	32,71	25,00
Serviços	21,89	27,28	24,62
Comércio	22,66	27,49	21,30
Extração mineral	26,20	30,96	18,16
Indústria de alimentos	24,84	29,18	17,47
Construção	26,84	27,60	2,83
Eleticidade, gás, esgoto e gestão de resíduos	28,23	26,23	-7,09
Intermediação financeira e seguros	18,56	14,96	-19,35
Indústria de transformação	35,45	28,46	-19,72

FONTE: MARCOS CINTRA, EX-SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

INFOGRAFICU/ESTADÃO

ços paga pouco imposto, e a indústria muito.

Peso no bolso. Consultor contratado pelo Banco Mundial para medir o impacto do IVA sobre o consumo das famílias,

Eduardo Fleury, diz que a pesquisa setorial tem validade limitada do ponto de vista de impacto de quem paga a conta. Ou seja, o consumidor final. Como exemplo, Fleury destaca que a abordagem setorial não faz a co-

nexão entre a indústria e o comércio varejista para calcular o impacto real no bolso do consumidor. Segundo ele, é necessário verificar qual é o peso dos produtos e serviços no bolso das famílias.

Responsável pela elaboração do texto da PEC 45, o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (C-CIF), Bernard Appy, alerta para os riscos desse tipo de cálculo. "Tem vários efeitos que precisam ser considerados, incluindo a cumulatividade (a cobrança dos impostos em várias fases da produção), setor por setor", diz Appy. "O IBS é um imposto sobre consumo, não é sobre setor. Quem paga imposto é destinatário final do produto."

Apesar da pressão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a votação da PEC 45 não avançou nessa reta final do ano, sem apoio do governo. Maia, no entanto, está acenando, nos últimos dias, com a proposta de votação do projeto de lei do ministro da Economia, Paulo Guedes, que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços para os tributos cobrados pelo governo federal que seria depois acoplado à PEC 45. A possibilidade de uma votação rápida pegou de surpresa os tributaristas e setores mais envolvidos na discussão, que contavam com o adiamento para 2021.

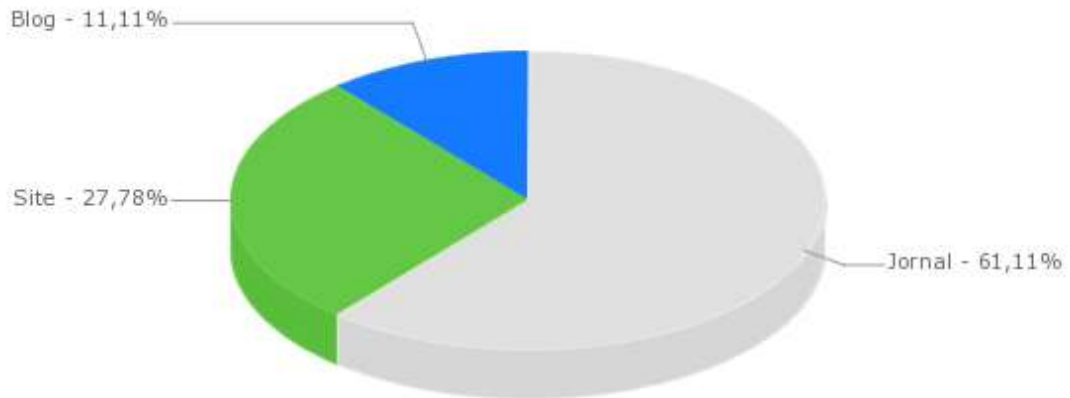
Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
16/12/20	98 FM Natal	Site		RN	São Miguel do Gostoso e Pipa recebem novo reconhecimento internacional e irão concorrer em premiação na Alemanha	Positivo	Matéria		B			
16/12/20	Blog do FM	Blog		RN	Senac Barreira Roxa realiza workshop Ceia Natalina Lowcarb	Positivo	Agenda		B			
16/12/20	Apartamento 702	Blog	Natal	RN	Bailarino potiguar une linguagens artísticas em lançamento nesta quinta-feira	Positivo	Matéria		B			
16/12/20	Portal Típico Local	Site	Natal	RN	Aldeia Sesc Seridó debate jornalismo cultural próxima segunda-feira (21)	Positivo	Matéria		B			
16/12/20	Jornal O Mossoroense	Site	Mossoró	RN	COVID-19: MPRN recomenda suspensão de eventos e shows em Mossoró	Neutro	Matéria		B			
16/12/20	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Sistema Fecomércio RN reúne trade turístico em encontro online para apresentar ações do projeto	Positivo	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					Verena em 2020							
16/12/20	Impacta Nordeste	Site		RN	Comitê dos Negócios de Impacto do RN realiza última reunião de 2020 e apresenta avanços	Positivo	Matéria		B			
17/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	AL deve apreciar vetos, antes da votação do orçamento	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	RN terá este ano pelo menos R\$ 15 milhões da Lei Kandir	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Auxílio será pago a 54% das famílias	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Ibope: Aprovação de Bolsonaro cai cinco pontos	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	'Adesão às vacinas'	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Despesas garantidas	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	O Globo	Jornal	Brasília	DF	OCDE recomenda aumento para o Bolsa Família	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	Folha de São Paulo	Jornal		RS	Auxílios evitaram que 23 milhões caíssem na pobreza nas metrópoles	Neutro	Matéria		A			

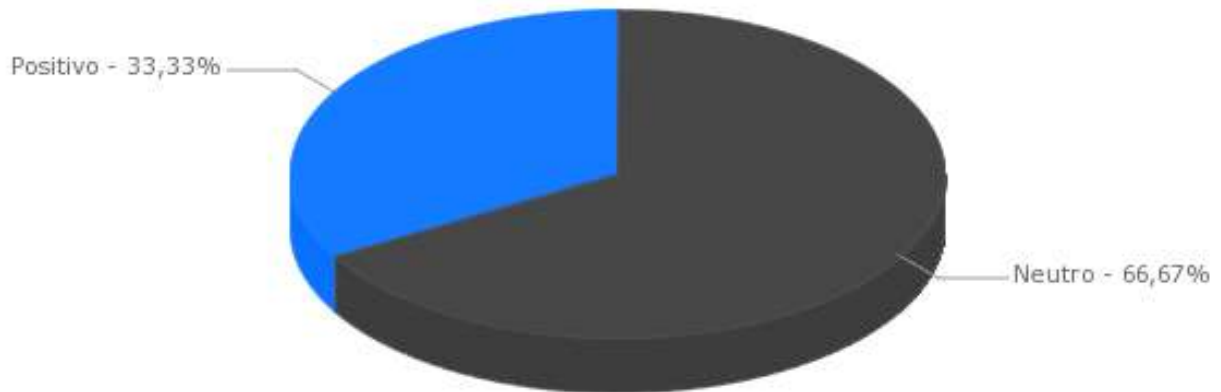
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
17/12/20	Estadão	Jornal		DF	EUA e Pfizer negociam doses a mais de vacina, com impacto em países pobres	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	Estadão	Jornal		DF	Estados têm alívio de R\$ 217 bi com crédito novo e renegociação da dívida	Neutro	Matéria		A			
17/12/20	Estadão	Jornal		DF	Estudo aponta carga tributária desigual	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 18												

Clippings por Tipo de Mídia



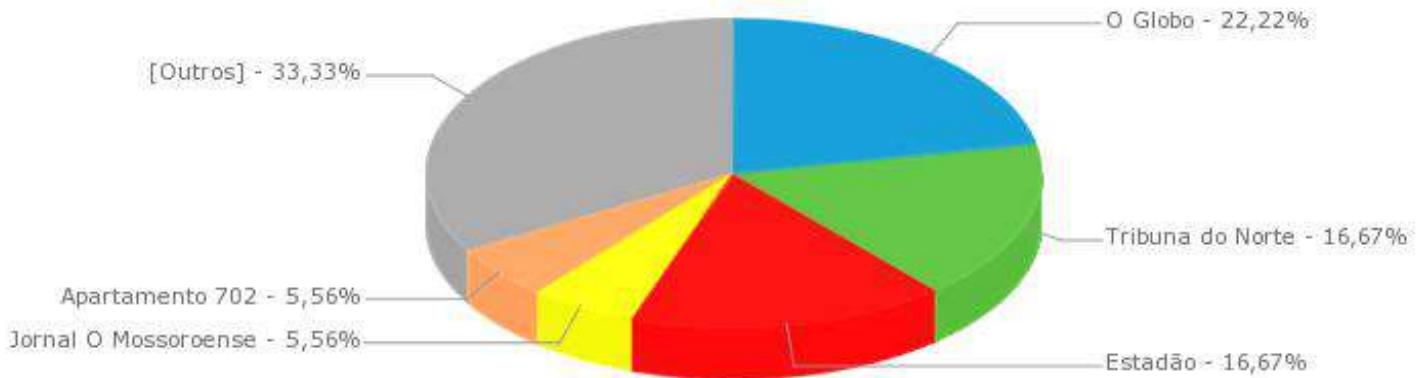
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	11	61,11 %
Site	5	27,78 %
Blog	2	11,11 %
Total:		18

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	12	66,67 %
Positivo	6	33,33 %
		Total: 18

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
O Globo	Jornal	4	22,22 %
Tribuna do Norte	Jornal	3	16,67 %
Estadão	Jornal	3	16,67 %
Jornal O Mossoroense	Site	1	5,56 %
Apartamento 702	Blog	1	5,56 %
Portal Típico Local	Site	1	5,56 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	5,56 %
Blog do FM	Blog	1	5,56 %
98 FM Natal	Site	1	5,56 %
Impacta Nordeste	Site	1	5,56 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	5,56 %
Total:			18